



FERCONSULT

consultoria, estudos e projectos de engenharia de transportes



Relatório e Contas

2013

ÍNDICE

1 – MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
2 – ORGANIGRAMA DA EMPRESA	8
3 – RELATÓRIO DE GESTÃO	9
3.1 - Enquadramento Macro Económico	9
3.2 – Relatório de Atividade	12
3.2.1 – Atividade Comercial	13
3.2.2 – Produção	20
3.3 – Recursos Humanos	25
3.3.1 – Caracterização do Efetivo	25
3.3.2 - Prestação do Trabalho	28
3.3.3 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	28
3.4 – Sistema Integrado de Gestão (Qualidade e Ambiente)	30
4 – GOVERNO DA SOCIEDADE	33
4.1 – Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa	33
4.1.1 – Missão	33
4.1.2 – Objetivos estratégicos	33
4.1.3 – Políticas	34
4.2 – Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	36
4.2.1 – Conselho de Administração	36
4.2.2 – Funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	36

4.2.3 – Mesa da Assembleia Geral	37
4.2.4 – Fiscal Único	37
4.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais	38
4.3.1 – Vogal - Eng.º João Mário Simões Viana	38
4.3.2 – Fiscal Único efetivo: Deloitte & Associados, SROC, S.A	38
4.3.3 – Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração	38
4.4 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	41
4.4.1 – Estratégias adotadas	41
4.4.2 – Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	41
4.4.3 – Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa	42
4.4.4 – Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	43
4.4.5 – Viabilidade do cumprimento dos Princípios de bom governo	44
4.4.6 – Código de ética	44
5 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	45
5.1 – Prazo médio de pagamento	45
5.2 – Deveres especiais de informação	45
5.3 – Recomendações do acionista	45
5.4 – Remunerações	45
5.5 – Prémios de gestão	46
5.6 – Remuneração fixa	46
5.7 – Quadro resumo	46
6 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	47

7 – PERSPETIVAS PARA 2014	58
8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	62
9 – ANEXOS	63

1 – MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2013 foi o ano em que a FERCONSULT logrou uma importante inversão dos seus resultados, até aqui negativos. Com efeito, a empresa obtém em 2013 resultados positivos, o que constitui naturalmente um sinal e um passo importantes no caminho da sua sustentabilidade.

Desde logo, a FERCONSULT conseguiu inverter a tendência regressiva, materializada nas sucessivas quebras do volume de negócios, que se vinha verificando desde 2010, em virtude da drástica redução do investimento no sector das infraestruturas de transporte e muito particularmente por parte dos clientes tradicionais, e apresentar em 2013 um crescimento significativo do seu volume de negócios, em 41% relativamente a 2012. Este crescimento só não foi mais significativo ainda por força do verificado atraso no início de alguns dos projetos contratados, por razões que tiveram a ver apenas com questões burocráticas e procedimentais dos clientes da empresa, o que não permitiu que a capacidade produtiva da FERCONSULT pudesse ser totalmente utilizada desde o início do ano. Na realidade, apesar de se ter iniciado o ano de 2013 com uma carteira de encomendas confortável, foi apenas no decorrer do segundo semestre que a empresa conseguiu obter uma taxa de ocupação dos recursos humanos adequada e, por este efeito, recuperar os seus resultados anuais.

A FERCONSULT tem atualmente uma carteira de encomendas de cerca de 17 M€ para os próximos dois anos, em consequência das adjudicações ocorridas em 2012 e dos dois novos contratos obtidos já em 2013, um na Argélia, que tem por objeto uma nova extensão do Metro de Argel (lote 4), e outro no Brasil, com o Metro de São Paulo, para prestação de serviços de análise e validação de projetos e de consultoria técnica especializada, totalizando ambos aproximadamente 7,4 M€.

Face ao exposto, e atendo ao facto de todos os trabalhos contratados estarem já em plena produção, podemos encarar o ano de 2014 com optimismo, na expectativa legítima de prosseguir a melhoria do desempenho económico-financeiro da FERCONSULT.

Em 2013, a FERCONSULT manteve a sua vocação exportadora de bens transacionáveis. A percentagem do volume de negócios destinado ao mercado internacional foi de 86% em 2013, com um valor de 5,7 M€, que compara muito favoravelmente com a percentagem de apenas 16% da atividade da empresa em 2009, 24% em 2010 e 40% em 2011. Constatam-se assim uma aposta crescente e sustentada na internacionalização da actividade da FERCONSULT.

Este posicionamento tem sido acompanhado de uma forte actividade de prospecção e angariação de novos contratos internacionais. Com este desiderato foram apresentadas diversas propostas ou pré-qualificações no mercado internacional, geralmente apresentadas conjuntamente com outras empresas portuguesas do sector, de que são exemplo as propostas e/ou manifestações de interesse ou pré-qualificações para potenciais clientes submetidas na Argélia, Brasil, Moçambique, Cazaquistão, Dinamarca, Singapura, Índia e Tunísia.

Paralelamente tem sido promovida a reestruturação da empresa com vista à redução dos custos da actividade, que se mostram ainda algo inflacionados, sendo necessário adequar o quadro de recursos humanos da empresa às necessidades atuais da FERCONSULT, bem como à natureza técnica e específica dos serviços que estão contratados, o que obriga a um redimensionamento e a um reequilíbrio do quadro mais consentâneo com a natureza das actividades que efectivamente são prosseguidas pela FERCONSULT, ou seja, as actividades para as quais a FERCONSULT é procurada e reconhecida pelo mercado.

Em 2013, continuaram a fazer-se sentir dificuldades de tesouraria. Esta situação foi motivada quer por alguma dificuldade na cobrança dos créditos da empresa detidos sobre clientes institucionais internacionais, motivado muitas vezes por razões procedimentais, quer na dificuldade de obtenção de garantias bancárias por parte da empresa, o que não lhe permitiu receber verbas disponíveis no cliente que só podem ser libertadas após a apresentação das mencionadas garantias. Contribuiu também para as insuficiências de tesouraria o próprio aumento da atividade da empresa uma vez que em alguns projetos é necessário fazer face a despesas iniciais que só poderão ser faturadas após a entrega do trabalho, pelo que se exige nesse hiato um esforço de tesouraria suplementar.

Apesar do resultado do exercício de 2013 ter sido já positivo, e de haver um otimismo moderado para o futuro, o Conselho de Administração tem consciência que a recuperação da empresa é ainda uma tarefa árdua e não totalmente sustentada. São muitos os desafios a enfrentar em ordem à obtenção da necessária sustentabilidade da empresa. Desde logo, cumpre-nos manter o elevado nível de satisfação demonstrado pelos nossos clientes e pugnar sempre pelo cumprimento pontual e cabal dos nossos compromissos contratuais. A FERCONSULT deve intensificar a internacionalização da sua actividade procurando novos clientes e novos mercados e clientes, numa diversificação que é essencial para o crescimento sustentado da sua actividade. Neste sentido, continuarão a ser privilegiadas as parcerias com outras empresas, nacionais ou internacionais, que tenham já uma presença ou um melhor conhecimento do mercado em causa e, nos casos de conceção / construção, serão estabelecidos acordos em que a FERCONSULT surja como subcontratado designado.

Também no que concerne à reestruturação da empresa, a FERCONSULT prosseguirá o esforço de redimensionamento do quadro e da sua actividade, adequando-os àquelas que são as suas reais necessidades e vocação.

O Conselho de Administração não quer deixar de enaltecer o esforço dos seus colaboradores nos sectores onde existiu uma maior solicitação de trabalho e onde o empenhamento, a qualidade e o profissionalismo colocados na elaboração dos estudos e projetos tem permitido cumprir plenamente os compromissos contratuais da empresa e satisfazer assim as expectativas dos nossos clientes, prestigiando a empresa e a engenharia nacional. Não se pode deixar de fazer uma nota muito especial ao desempenho e à abnegação das equipas deslocadas na Argélia. É ainda devido um especial agradecimento aos técnicos especialistas do Metro de Lisboa que, integrados nas equipas de projeto da FERCONSULT, sobretudo nos projetos da Argélia, muito têm contribuído, com a sua disponibilidade, empenho e saber, para uma afirmação da engenharia portuguesa e muito particularmente do Grupo Metropolitano de Lisboa, e para uma diferenciação dos serviços que prestamos no mercado concorrencial, demonstrando não só a nossa capacidade de conceber sistemas, como também de a conjugar com a sua posterior operação.

A FERCONSULT continua a ter o reconhecimento dos seus clientes pelo bom trabalho desenvolvido, sendo prestigiada pelas suas competências e capacidade de realização, as quais são testemunhadas em Portugal e nos países onde tem atuado. É assim também devido um agradecimento aos nossos clientes por nos terem escolhido e por terem sistematicamente manifestado a sua confiança no trabalho que desenvolvemos, com especial destaque para a EMA – Entreprise du Métro d’Alger que constitui hoje, de uma forma direta ou indireta, o principal cliente da FERCONSULT, e para a CMSP – Companhia do Metropolitano de São Paulo.

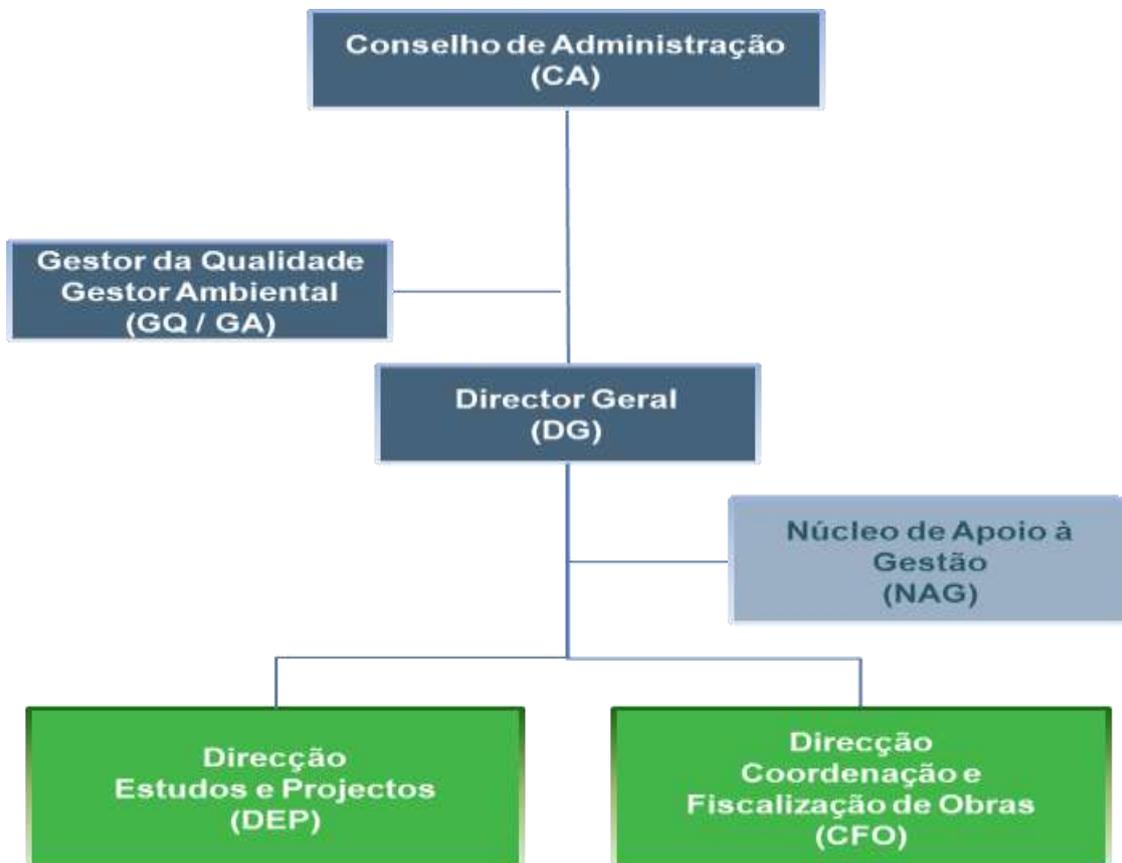
Por último, cumpre-nos expressar um agradecimento ao nosso acionista pelo apoio que sempre nos tem dado, demonstrando confiança nas capacidades da empresa para inverter o ciclo desfavorável que vinha vivendo.

A todos um Bem Haja!

O Conselho de Administração

Three handwritten signatures in blue ink. The top signature is 'R. G. T. B. L. R. J.', the middle one is 'José Carlos dos Santos', and the bottom one is 'José Carlos Simões de Almeida'.

2 – ORGANIGRAMA DA EMPRESA



3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

3.1 - Enquadramento Macro Económico

Para a elaboração do enquadramento macroeconómico foram tidos em consideração os dados constantes no sítio eletrónico do Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, bem como os indicadores de conjuntura do Banco de Portugal, de Fevereiro de 2014. Com base neste conjunto de informações podemos dizer que Portugal teve, em 2013 uma significativa contração da atividade económica, que se traduziu numa diminuição do volume do Produto Interno Bruto (PIB) em 1,4 %.

Aliás, de acordo com a estimativa preliminar do Eurostat, constante dos Indicadores de Conjuntura do Banco de Portugal, de Fevereiro de 2014, podemos constatar que esta contração económica se verificou também na Zona Euro, que teve em 2013 uma redução do PIB em -0,4%, o que, apesar de tudo, representa uma melhoria da situação, porquanto em 2012 a redução do PIB foi de 0,6%.

Contudo, importa sublinhar que a atualização das previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em Janeiro, apontam para uma aceleração da atividade económica mundial em 2014 e 2015. Segundo essas estimativas o crescimento económico mundial deverá aumentar de 3,0% em 2013 para 3,7 e 3,9% em 2014 e 2015, respetivamente.

De acordo com o Boletim Mensal de Estatística, do INE, de Janeiro de 2014, em 2013, a economia portuguesa teve um crescimento das exportações de bens e serviços, que aumentaram 4,6%, enquanto as importações aumentaram 0,8%, o que determinou uma taxa de cobertura de 83,6%, o que compara com uma taxa de cobertura de 80,6% em 2012.

Contudo, apesar deste aumento da taxa de cobertura, é importante referir a desaceleração das exportações que tinham crescido 5,7% em 2012 e que em 2013 se quedaram num crescimento de 4,6%.

Por ter uma relação direta com a atividade da Ferconsult, importa analisar mais detalhadamente o que foi a atividade no sector da construção em 2013, em Portugal.

Segundo a FEPICOP - Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas - as estimativas apontam para uma redução da atividade das empresas do sector da construção que atingiu novos mínimos históricos. Segundo estimam, no setor da Construção e Obras Públicas registou-se uma quebra na produção de -15%, em consequência de uma queda na produção de 18% no segmento dos edifícios residenciais, de 13.8% nos edifícios não residenciais e de 14% nas obras públicas.

Quanto ao mercado das obras públicas, constata-se que em 2013 foram abertos 1.856 concursos no valor de 1.734,3 milhões de euros, o que representa um ligeiro aumento face aos 1.695,9 milhões de euros que representaram o conjunto dos concursos abertos em 2012. No entanto, no que se refere ao número de concursos adjudicados em 2013, constata-se um forte decréscimo em termos homólogos, de 20%, para os 948,9 milhões de euros, face aos 1.174,5 milhões de euros adjudicados em concursos no ano transato.

Em conclusão, o Produto Interno Bruto (PIB) português diminuiu 1,4% em termos reais, o que compara com a redução de 3,2% registada no ano anterior.

Composição da variação em volume do PIB						
	Taxa de variação anual (%)					
	2008	2009	2010	2011*	2012**	2013**
Exportações	-0,1	-10,9	10,2	6,9	3,2	6,1
Importações	2,3	-10,0	8,0	-5,3	-6,6	2,8
PIB	0,0	-2,9	1,9	-1,3	-3,2	-1,4

Fonte: INE, * provisório, ** preliminar

Importa sublinhar que a forte contração da atividade económica sentida em Portugal foi, também, uma consequência das medidas governamentais visando a consolidação orçamental e a redução do défice das contas públicas, que se traduziram na aplicação de cortes na despesa pública, com a redução de salários e com um significativo agravamento dos impostos. Apesar disso, de acordo com os resultados do Inquérito ao Emprego, do INE, do 4.º trimestre de 2013, constatamos que se verificou uma redução da taxa de desemprego que se cifrou no final do ano em 15,3%, o que representa uma redução de 1,6% relativamente ao trimestre homólogo. O número de desempregados, no final do ano, foi estimado em 826,7 mil.

Por último, deve referir-se que os objetivos de consolidação orçamental para 2013, depois de terem sido revistos, foram cumpridos, tendo o saldo das administrações públicas em contabilidade pública, em 2013, sido de € -7.186,8 milhões, de acordo com a Síntese da Execução Orçamental de Janeiro de 2014, da Direção-Geral do Orçamento (DGO), com a informação atualizada em Fevereiro. Importa sublinhar que este resultado significa, ainda segundo a Síntese da Execução Orçamental de Janeiro de 2014, da DGO, que se verificou uma poupança de 1.713,2 milhões entre o limite do défice relevante para o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), que era de -8.900 milhões de euros, e o Saldo das Administrações Públicas relevantes para o Critério de Desempenho que, como vimos anteriormente, foi de -7.186,8 milhões, o que indicia que o défice público, ainda não fixado oficialmente, deve situar-se em 4,4% do PIB nacional.

Face à situação do mercado nacional das obras públicas e muito particularmente na área da atividade da Ferconsult, relativa a transportes urbanos em sítio próprio, não se perspetiva que a breve prazo a empresa possa retomar as suas vendas mais substanciais no nosso país, mantendo-se o foco na exportação de serviços. Esta é aliás a tendência da generalidade das empresas nacionais de consultoria de engenharia de transportes.

3.2 – Relatório de Atividade

O exercício de 2013 constituiu uma viragem nos resultados da Ferconsult, fruto de um esforço iniciado no fim de 2010. Pela primeira vez, desde essa altura conseguiu-se obter resultados positivos, em cerca de 120 mil euros, ainda que se tenha beneficiado de regularizações que adiante se detalharão.

Do ponto de vista de resultados e independentemente de se ter ultrapassado a linha de água, o que é relevante é verificar a tendência de evolução destes, desde o exercício de 2010, ano em que a empresa apresentou prejuízos na casa 2,8 M€, num contexto de acentuada recessão económica que o país atravessa e com as condições adversas num contexto mundial, resultado de um enorme esforço de gestão no sentido da sustentabilidade da empresa.

Ocorreu um significativo aumento do volume de negócios, invertendo a tendência de exercícios anteriores, continuando a empresa a apostar no desenvolvimento comercial, em mercados como a Argélia, Brasil, e outros.

Do ponto de vista de adjudicação de novos trabalhos destacam-se os projetos do Lote 4 da Extensão do Metro de Argel, no valor de 5,8 M€; Projeto de Execução das Estações da Linha 15 Prata do Metro de São Paulo, no valor para a Ferconsult de cerca de 4 M€ e ainda a revisão de projeto da Linha 5 Lilás e Linha 4 Amarela, também para o Metro de São Paulo e no valor aproximado de 2,9 M€

Para além do esforço comercial, manteve-se o esforço de racionalização dos custos, a todos os níveis, dando-se destaque à utilização de meios humanos disponíveis na CFO, para trabalhos da DEP, sempre que possível e à custa de algumas ineficiências, já os perfis técnicos necessários são substancialmente diferentes numa e noutra área.

Fica ainda por melhor adequar a estrutura produtiva da empresa, em particular na CFO, dado que nem sempre foi possível a mencionada reocupação, mantendo-se ainda alguma inatividade, motivada pela ausência de projetos nesta área, bem como falta de perspectivas a curto e médio prazo na angariação de novos trabalhos.

Do ponto de vista financeiro destacam-se essencialmente as dificuldades de tesouraria, não só as decorrentes do aumento de atividade da empresa, mas também a que decorrem de atrasos nas formalizações das extensões dos contratos no âmbito do ENSITRANS, que motivaram por sua vez atrasos nos recebimentos, havendo que adiantar, durante meses, os custos decorrentes destes projetos.

A possibilidade de obtenção de garantias bancárias foi, tal como no exercício anterior, muitíssimo limitada e quase inexistente, tendo um impacto muito significativo nas dificuldades de tesouraria. Durante o ano de 2013 foram várias as necessidades de garantias bancárias, para o cumprimento de contratos de projetos entretanto adjudicados, agravando-se a dificuldade na sua obtenção.

Destacamos as dificuldades no caso do projeto do Lote 4 da extensão do Metro de Argel, para o qual foi necessário obter quatro garantias para um valor total de cerca 1,9 M€. À semelhança do ano anterior, foram feitas várias tentativas junto da banca comercial, mas apenas um banco (CGD) se mostrou disponível para o fazer, mas com custos elevados, exigindo aval do Acionista e consequentemente do Estado Português. Este processo torna-se complexo e moroso, sendo necessário obter autorização da Tutela para a concretização destas operações. Assim o processo, que se iniciou antes do verão de 2013, não se encontra ainda concluído, causando notórias dificuldades à Empresa, do ponto de vista de tesouraria, já que, apesar de estar a efetuar trabalho neste projeto, não consegue obter pagamentos do cliente, nem tampouco os adiantamentos contratuais, por não conseguir a entrega das garantias bancárias junto do cliente. É também prejudicial, do ponto de vista da nossa imagem junto do cliente, uma vez que este não compreende estas nossas dificuldades.

Apesar de todas os obstáculos atravessados, salientam-se os resultados dos esforços iniciados em 2010 e que têm vindo a produzir impactos significativos e positivos na sustentabilidade da Empresa.

3.2.1 – Atividade Comercial

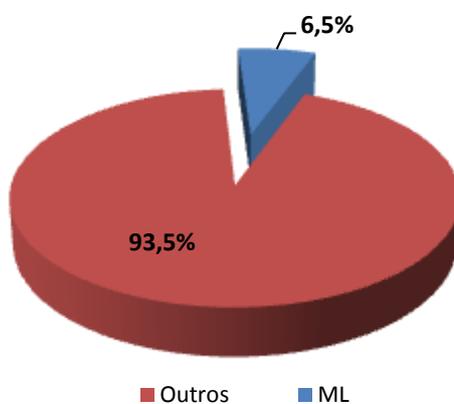
À semelhança do ano anterior, 2013 foi um ano marcado pela continuação de uma forte recessão económica na Zona Euro, com especial expressão em Portugal.

Manteve-se o cenário de quase inexistência de procura nas atividades do sector da construção nos respetivos mercados domésticos, com a consequente concentração dos esforços comerciais das empresas do nosso sector nas economias emergentes. O foco nestas economias mantém em alta a intensidade da concorrência, mesmo em áreas como os transportes, assistindo-se à participação, nestes mercados, de um elevado número de concorrentes e com uma agressividade comercial significativa.

Perante este cenário, a Ferconsult prosseguiu a sua estratégia de internacionalização, já iniciada no fim de 2010, continuando esforços no sentido de obtenção de projetos em países como a Argélia, Brasil, e outros. O ano de 2013 marca uma viragem, pela concretização de projetos cujo esforço de angariação vem já dos dois exercícios anteriores.

Em linha com a tendência de inexistência de oportunidades no mercado nacional, tornou-se praticamente nulo o volume de trabalho realizado para o ML face aos restantes clientes. Apesar de em 2013, o volume de negócios com o acionista cifrar-se na casa dos 6,5%, ou seja cerca de 432.000 €, uma parte significativa deste número deve-se a acerto de contas relativo a trabalhos efetuados anteriormente, no valor de 373.000 €. Sem este valor, o volume de negócios com o ML, representaria um valor inferior a 1%. Desde 2010, o ML deixou de ser o principal cliente da Ferconsult, sendo que nesse ano representava 44% do Volume de Negócios, 24% em 2011, virtualmente zero em 2012 e cerca de 6,5% em 2013, com a particularidade atrás referida.

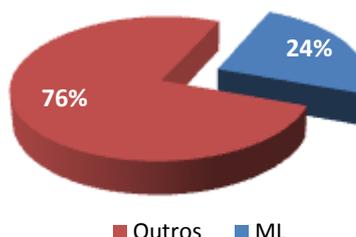
Volume de Negócios 2013



Volume de Negócios 2012



Volume de Negócios 2011



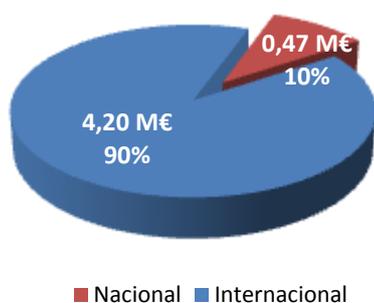
Na continuação do esforço comercial, concentrado praticamente na sua totalidade no mercado externo e focado no sector dos transportes, foram desenvolvidas diversas ações, com vista à obtenção de trabalho que permita à Ferconsult, garantir a sua sustentabilidade.

Como se pode ver nos gráficos seguintes, nos últimos quatro exercícios tem vindo a ocorrer uma mudança significativa na distribuição do volume de negócios pelos mercados nacional e internacional. Analisando esta alteração desde o ano de 2010, constata-se que nesse ano o mercado internacional representava apenas 24%, e no exercício de 2013 passou a ter um peso de cerca de 86%, tendo até atingido os 90% no ano de 2012.

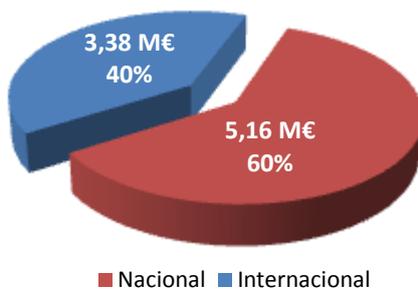
Volume de Negócios 2013



Volume de Negócios 2012



Volume de Negócios 2011



Volume de Negócios 2010



A nível nacional foram apresentadas 14 propostas no valor aproximado de 1,2 M€, dos quais 0,9M€ correspondem a trabalhos da Direção de Estudos e Projetos (DEP) e 0,3 M€ a trabalhos da Direção de Coordenação e Fiscalização de obras (CFO). As propostas mais significativas, do ponto de vista de valor, foram as propostas apresentadas ao ML e Ascendi. Foram apresentadas outras propostas de menor dimensão também na área de projeto, bem como nas áreas de fiscalização.

A nível nacional, a Empresa obteve adjudicações de 7 propostas, no valor aproximado de 816 K€.

Mantem-se assim a tendência para a inexistência de projetos viáveis no mercado nacional, que o tornam insustentável a curto prazo, o que reforça a orientação de concentração dos esforços comerciais no mercado internacional.

A nível internacional foram apresentadas 38 propostas no valor aproximado de 71 M€, em vários mercados internacionais, mantendo o foco no mercado Argelino e no mercado Brasileiro. Outros mercados alvo foram Moçambique, Cazaquistão, Dinamarca, Índia e Tunísia, com apresentação de propostas de pré-qualificação. A Ferconsult apresentou duas propostas para a EMA – Enterprise du Metro d'Álger para a fiscalização do Troço *Harrach - Aeroport* e Troço *Ain Naadja – Baraki* da Linha 1 do Metro de Argel, no valor de 21 M€. Na área de projeto apresentou para o cliente Companhia do Metropolitano de São Paulo- Mêtro (CMSP) um conjunto de propostas no valor de 27M€.

No mercado internacional, a Empresa obteve adjudicações de 6 propostas, no valor aproximado de 6,98 M€. A quase totalidade deste valor (4,2 M€) corresponde à adjudicação de adicionais pela EMA relativos a contratos já em curso e 2,6 M€ corresponde ao segundo trabalho conseguido no Brasil.

Estas adjudicações são fruto do esforço comercial iniciado em 2011, orientado para o mercado internacional, que consolidam resultados comerciais importantes para a sustentabilidade da empresa.

No final de 2013, aguardavam decisão 15 propostas, que correspondem a um potencial volume de negócio na ordem dos 44 M€, onde se destacam as duas grandes propostas de fiscalização para o cliente EMA e duas propostas para o cliente CMSP. Deste total de propostas, 3 são pré-qualificações, para o Metro de Moçambique, Metro de Mumbai e Metro da Tunísia.

O quadro infra demonstra o histórico do volume de negócios por cliente nos últimos 5 anos:

VOLUME DE NEGÓCIOS POR CLIENTE

Descrição	Meuros									
	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
ML	11,27	65,2%	5,32	43,8%	2,08	24,3%	-0,07	-1,5%	0,43	6,5%
Prestações de serviços ao ML	11,27	65,2%	5,32	43,8%	2,08	24,3%	-0,07	-1,5%	0,43	6,5%
Via Ensitrans	2,68	15,5%	2,87	23,6%	3,31	38,7%	3,60	77,1%	3,57	54,0%
Diretamente	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26	19,0%
Prestações de serviços à EMA	2,68	15,5%	2,87	23,6%	3,31	38,7%	3,60	77,1%	4,83	73,1%
Metro de São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-	0,81	12,3%
Gibb / Refer	-	-	0,90	7,4%	1,38	16,2%	0,22	4,6%	0,35	5,3%
Soldata	-	-	-	-	-	-	0,13	2,8%	0,05	0,8%
Cenor	-	-	-	-	-	-	0,20	4,2%	0,04	0,7%
Consulgal / Metro do Porto	2,56	14,8%	2,36	19,4%	1,20	14,1%	0,11	2,3%	-	-
Outros	0,77	4,5%	0,71	5,8%	0,58	6,7%	0,48	10,4%	0,09	1,4%
Prestações de serviços a outros Clientes	3,34	19,3%	3,97	32,6%	3,16	37,0%	1,14	24,4%	1,35	20,4%
TOTAIS	17,29	100%	12,15	100%	8,54	100%	4,67	100%	6,61	100%

Relativamente ao volume de negócios por cliente, a relação com o Metropolitano de Lisboa representou cerca de 6,5% do total, mantendo-se como já referido acima, em valores bastante baixos, em especial se tivermos em conta que uma parte significativa deste número deve-se a acerto de contas relativo a trabalhos efetuados anteriormente. Excluindo este acerto, o volume de negócios com o ML, representaria um valor inferior a 1%.

A Enterprise du Métro d'Alger mantém-se como principal cliente representando cerca de 73% do volume de negócios. Verifica-se que relativamente ao ano anterior este número baixou ligeiramente (77% em 2012), ainda que em valor tenha aumentado (4,8 M€ vs. 3,6 M€), o que representa uma ligeira melhoria no que diz respeito à dependência deste cliente. Nota-se também que houve um aumento muito significativo quanto ao volume de negócios efetuado diretamente com este cliente, relativamente ao trabalho realizado através do ENSITRANS, traduzindo cada vez mais uma diminuição da importância deste agrupamento, nos negócios da Ferconsult.

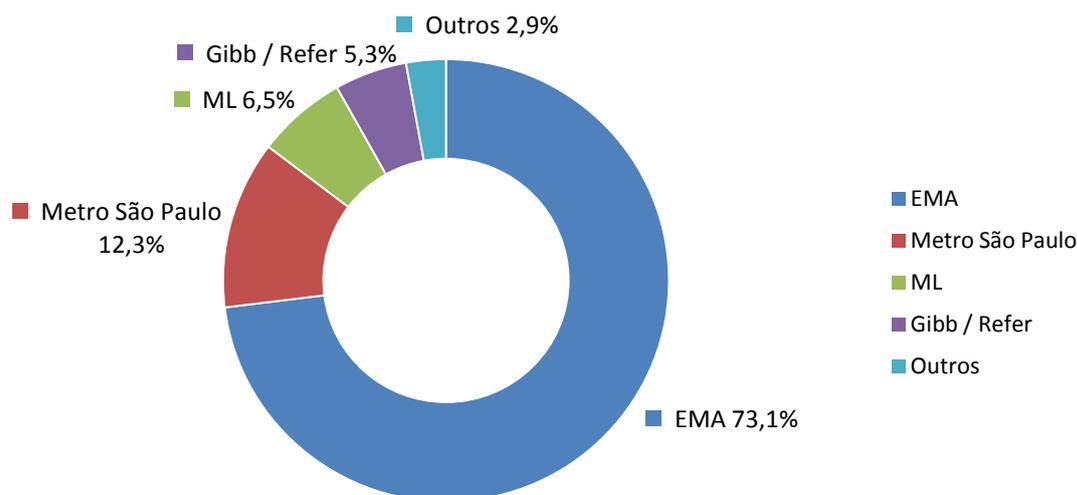
O Metro de São Paulo transformou-se no segundo cliente da Ferconsult, representando 12,3% do volume de negócios, valor este que não foi superior pelo facto dos projetos em curso terem sido iniciados numa fase tardia do exercício.

A situação de grande dependência de um só cliente, neste caso a EMA, mantém-se, ainda que se verifique já uma melhoria, pelo aumento do volume de negócios com o Metro de S. Paulo, que se prevê ainda maior em 2014. Ainda assim a dependência, neste caso de dois clientes, que representaram em 2013 cerca de 85% do volume de negócios, é ainda um risco significativo, que importa mitigar com a procura de outros clientes.

A REFER representou cerca de 5,3 % do volume de negócios devendo-se este valor unicamente a valores de conclusão dos projetos, prevendo-se que seja nulo no próximo ano, devido ao término destes projetos.

Os restantes clientes apresentam percentagens individuais abaixo de 1%, e representam no seu conjunto cerca de 2,9% do volume de negócios.

Em 2013 o volume de negócios por cliente teve a seguinte distribuição:



No quadro seguinte apresenta-se o histórico do volume de negócios por Direção nos últimos 4 anos:

VOLUME DE NEGÓCIOS POR DIREÇÃO

Direção	Meuros							
	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Coord. Fiscalização de obras	8,37	68,8%	6,64	77,8%	3,73	79,7%	4,07	61,6%
Estudos e Projetos	1,28	10,5%	0,79	9,3%	0,94	20,1%	2,54	38,4%
Instrumentação e Topografia	1,49	12,3%	0,57	6,7%	(1)	(1)	(1)	(1)
Segurança e Ambiente	0,98	8,1%	0,52	6,1%	(1)	(1)	(1)	(1)
Outros	0,03	0,3%	0,02	0,2%	0,01	0,1%	-	0,0%
TOTAL	12,15	100%	8,54	100%	4,67	100%	6,61	100%

O volume de negócios registou um acréscimo bastante acentuado, na ordem dos 41%, em 2013, comparativamente ao ano anterior.

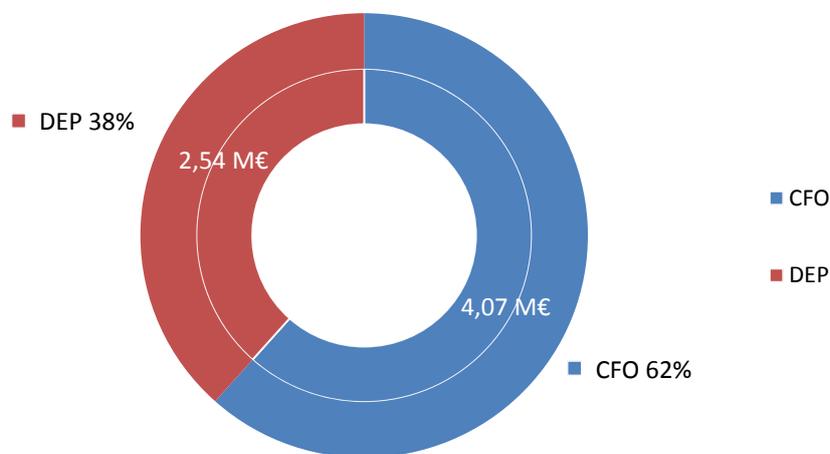
A Direção de Coordenação e Fiscalização de Obras continua a ser a direção de maior relevância na empresa, do ponto de vista de volume de negócios, cujo peso é cerca de 62% do total da prestação de serviços da Empresa. No entanto este peso diminuiu cerca de 18 pontos percentuais, relativamente a 2012, ainda que o volume de prestação de serviços desta Direção tenha crescido na ordem dos 9%, bastante inferior ao crescimento do volume de negócios da empresa, traduzindo maiores dificuldades de angariação de novos trabalhos.

A Direção de Estudos e Projetos registou por sua vez um aumento de cerca de 170% face ao ano de 2012, representando cerca de 38% do total do volume de negócios da Empresa.

Em valores absolutos, a Direção de Coordenação e Fiscalização de Obras registou um volume de negócios de cerca de 4,1 milhões de euros e a Direção de Estudos e Projetos atingiu um volume de negócios de aproximadamente 2,5 milhões de euros.

A Direcção de Estudos e Projetos registou neste exercício um aumento do volume de negócios muito significativo, recuperando para valores máximos, pelo menos desde

2009. No entanto espera-se ainda para o exercício seguinte um aumento significativo do volume de negócios pela entrada em produção de trabalhos já contratados. Esta Direcção é efetivamente onde se concentra o *know-how* diferenciador da nossa empresa, relativamente à concorrência e que constitui uma vantagem competitiva a preservar. É também um instrumento de apoio e precursor da atividade da CFO, pelo que deverá ser vista como atividade estratégica a conservar e desenvolver.



3.2.2 – Produção

3.2.2.1 – Coordenação e Fiscalização (CFO)

A nível nacional, mantiveram-se as condições económicas no país, não favorecendo o clima de procura de novas oportunidades de trabalho a nível interno. A nível internacional, as prestações de serviços centraram-se na continuação dos Projetos em curso, para o cliente Entreprise Metro d'Alger (EMA).

Na Argélia, para o cliente Entreprise du Métro d'Alger, deu-se continuidade em Oran e Argel, às atividades de coordenação, fiscalização, planeamento e controlo de custos no âmbito da execução da 1ª Linha do Metro Ligeiro de Oran e da Linha do Metro de Argel – 1ª Fase, respetivamente. Durante o ano foram entregues adicionais, no âmbito dos dois projetos referidos, refletindo a necessidade de prorrogar os prazos das prestações de serviços e de efetuar serviços suplementares.

Na vertente comercial, o foco continuou a ser a aposta no mercado argelino, tendo sido apresentadas 2 propostas para concursos internacionais de extensões da rede do Metro d'Alger. As propostas aguardam decisão da parte do cliente EMA.

Os esforços desenvolvidos visando a angariação de trabalhos de Gestão e Coordenação de Obras nos mercados brasileiro e moçambicano ainda não produziram os resultados desejados. As ações passam por procurar estabelecer contactos e parcerias locais nestes países.

A nível interno, a empresa manteve as duas direções de produção, CFO e DEP, tendo-se procedido a ajustes operacionais no sentido de otimizar os recursos humanos disponíveis. Dentro do que foi possível, alocaram-se recursos disponíveis da CFO aos projetos da direção DEP em carteira, para responder às necessidades de trabalho deste departamento.

3.2.2.2 – Estudos e Projetos (DEP)

No ano de 2013 registou-se a tendência verificada no ano anterior de uma conjuntura económica nacional difícil, mas com boas perspetivas no que diz respeito às oportunidades internacionais. A empresa continuou também a estratégia de apostar e reforçar de forma significativa a sua internacionalização e desenvolvimento de relações com os atuais clientes, estreitando as relações existentes e abrindo caminho a novas oportunidades de trabalho.

Em 2013 foram apresentadas 41 propostas, 33 das quais de âmbito internacional. No conjunto das propostas internacionais incluem-se 9 “Pré-Qualificações”. O potencial de volume de negócios do conjunto de propostas apresentadas representa 45 M€, sendo que apenas 946 mil euros dizem respeito a propostas nacionais.

Relativamente à apresentação de propostas, 2013, fica marcado pela viragem para o mercado brasileiro, foram estabelecidas parcerias estratégicas com empresas locais e empresas nacionais sediadas no Brasil, parcerias estas necessárias e fundamentais para atuar neste mercado.

O elevado número de concursos lançados pelo nosso atual cliente, CMSP - Companhia do Metropolitano de São Paulo, bem como outras entidades na área dos transportes, foi a aposta para continuar neste mercado. Foram apresentadas 11

propostas que representam 26 M€ de potencial negócio, tendo-nos sido, adjudicado, em 2013, 2,6M€ e duas “pré-qualificações” que passaram para a fase de apresentação de propostas. A perspetiva para 2014 é de cerca 16M€ de possíveis adjudicações.

No mercado Argelino, em 2013, formalizaram-se os contratos para o Tramway de Tlemcen e do Lote 4 – Extensão do Metro de Alger: Chevalley – Draria, não havendo oportunidades de negócios identificadas com potencial interesse na área de projeto, à exceção de uma proposta apresentada para a Cosider-Alger, que foi entregue a outro concorrente.

Do lote total de propostas apresentadas, tivemos 2,8 M€ de adjudicações, 18,2 M€ de não adjudicações pelo que o potencial de negócio restante é cerca de 24M€.

Na estratégia de internacionalização, os mercados alvo foram também, Cazaquistão, Turquia, Dinamarca, Índia e Moçambique, que nos permitiram tomar conhecimento das dificuldades logísticas associadas à entrada em novos mercados, ficando em carteira essa mais-valia para futuras apresentações de propostas. Foi também apresentada uma proposta de pré-qualificação para o Metro da Tunísia da qual aguardamos o resultado.

Manteve-se a parceria já estabelecida com a Egis-Rail, com a participação de técnicos especialistas – arquitetos – tendo sido feito o convite para a participação no Metro de Salvador, Singapura e Curitiba – Brasil.

A nível nacional, das 8 propostas apresentadas, num total de 946 mil€, foram para o cliente Metro, CML e Ascendi. Para este último o resultado não nos foi favorável, que representa 297 mil euros e quanto às restantes propostas, aguardamos o resultado.

Serviços Prestados:

- a) Serviços prestados ao Metropolitano de Lisboa:
 - i. Reboleira - Espaços Exteriores da EMEF;
 - ii. Elaboração de Projetos de vários sistemas da Extensão da Linha Azul entre a Estação Amadora-Este e a Estação Reboleira;
- b) Serviços prestados a outros clientes no Mercado Nacional:
 - i. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: Projeto de Execução do Centro de Saúde de Alhandra - Assistência Técnica;

- ii. Guarda Nacional Republicana - Postos territoriais – Assistência Técnica.
- c) Serviços prestados a clientes no Mercado Externo:
 - i. Cenorgeo (Argel)
 - 1. Projeto de Alteração de Arquitetura e Instalações Elétricas do acesso sul da estação Ali Boumendjel – Place des Martyres;
 - 2. Reformulação do sistema de ventilação e da saída de emergência;
 - 3. Alterações nos acessos da Estação de Ali Boumendjel
 - ii. EMA – Enterprise du Métro d'Alger
 - 1. Metro de Argel – Assistência Técnica ao Dono de Obra na análise dos projetos desenvolvidos pelo empreiteiro.
 - 2. Metro de Argel – Atualização dos APDs e DCEs face às alterações introduzidas na obra de toscos.
 - 3. Metro de Argel - Estudo de Viabilidade de um Tramway em Tlemcen – Argélia.
 - 4. Metro de Argel – Extension Place des Martyrs - Bâb El Oued - Chevalley.
 - 5. Metro de Argel – Extensions du Métro d'Alger: Chevalley – Delly Brahim - Chéraga - Ouled Fayet - El Achour – Draria.
 - 6. Tramway de Oran – Assistência Técnica ao Dono de Obra na Análise dos projetos desenvolvidos pelo Empreiteiro
 - iii. EGIS Rail
 - 1. Consultoria para o King Saud University Rapid Transit System, Riade.
 - 2. Consultoria para o Metro de Salvador – Brasil
 - iv. CMSP – Companhia do Metropolitano de São Paulo - Brasil
 - 1. Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia Civil, acabamentos, Comunicação Visual e Paisagismo - Linha 15 Prata

2. Gerenciamento do Projeto Executivo da Linha 5 – Lilás e do Projeto Executivo e Homologação das Vias Permanentes da Linha 5 – Lilás e da fase 2 da Linha 4 – Amarela

3.3 – Recursos Humanos

Durante o ano de 2013 verificou-se um acréscimo de volume de trabalho na DEP, fruto dos vários projetos na Argélia e Brasil, o que motivou uma melhoria das taxas de ocupação desta Direcção.

Procedeu-se também e sempre que possível, à utilização dos recursos da CFO nos projetos da DEP, de forma a racionalizar os meios humanos disponíveis, atenuando a baixa ocupação de uma direcção e mitigando a necessidade de recursos da outra.

Fica ainda por melhor adequar a estrutura produtiva da empresa, uma vez que se verificam ainda alguma desocupação na CFO, prevendo-se em 2014 ainda uma necessidade significativa de recursos adicionais no DEP. No entanto todos os meios humanos do CFO passíveis de serem utilizados no DEP estão já a sê-lo, restando apenas colaboradores cujas aptidões técnicas não são passíveis de utilização em projeto.

3.3.1 – Caracterização do Efetivo

- Efetivo Total

No final do último trimestre de 2013 a Ferconsult S.A apresenta um efetivo médio de 105 colaboradores, dos quais 60 do sexo masculino e 45 do sexo feminino (57% e 43% respetivamente).

A 31 de Dezembro de 2013, a Ferconsult contava com um efetivo de 105 colaboradores, tendo-se verificado o regresso de 2 colaboradores cedidos ao ML e a cedência de um colaborador ao ML. Durante o ano saíram da empresa 6 colaboradores por caducidade do contrato, 1 por denúncia de contrato, 1 por despedimento por justa causa e 1 por passagem à reforma.

Nesta caracterização excluem-se 6 colaboradores atualmente cedidos ao ML, 1 colaborador cedido ao Ministério da Justiça, bem como um conjunto de colaboradores Argelinos, contratados localmente para os projetos de Argel, cujo número varia consoante as mobilizações e a média rondou as 16 pessoas.

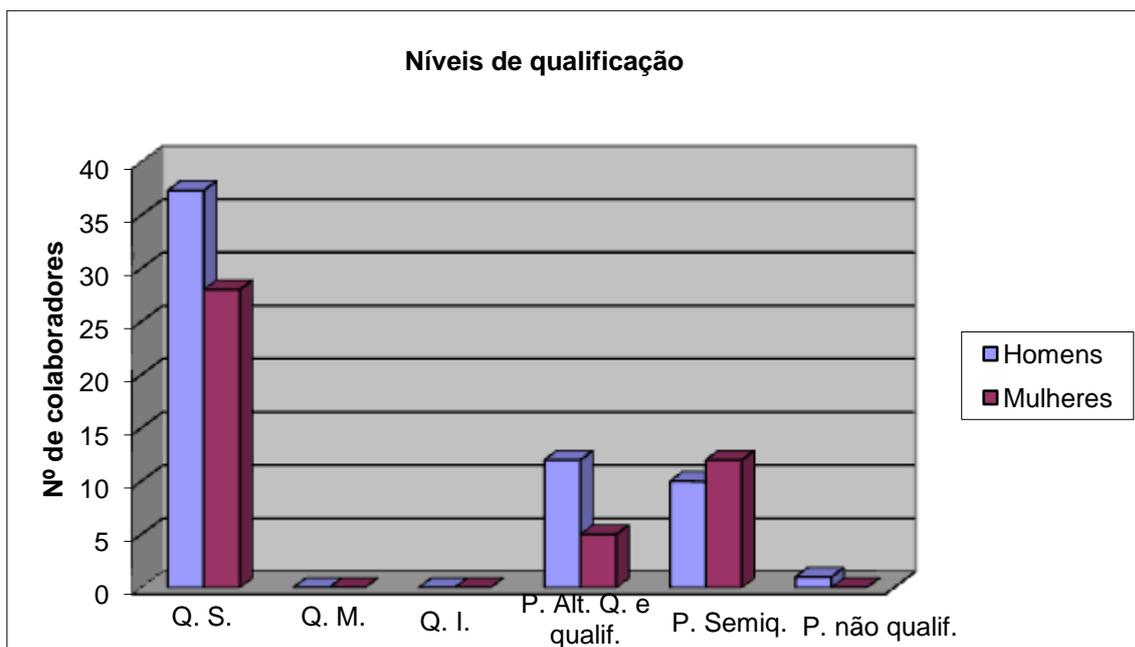
O quadro infra demonstra o histórico do número de funcionários nos últimos 6 anos:

Ano / Vínculo Contratual	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Contratos sem termo	92	93	82	75	77	76
Contratos a termo	152	148	95	46	34	27
Contratos cedência ML	17	12	8	4	2	2
Total Mulheres	97	88	73	57	47	45
Total Homens	164	165	112	68	66	60
Total	261	253	185	126	113	105

Nota: Valores médios para o último trimestre de cada exercício.

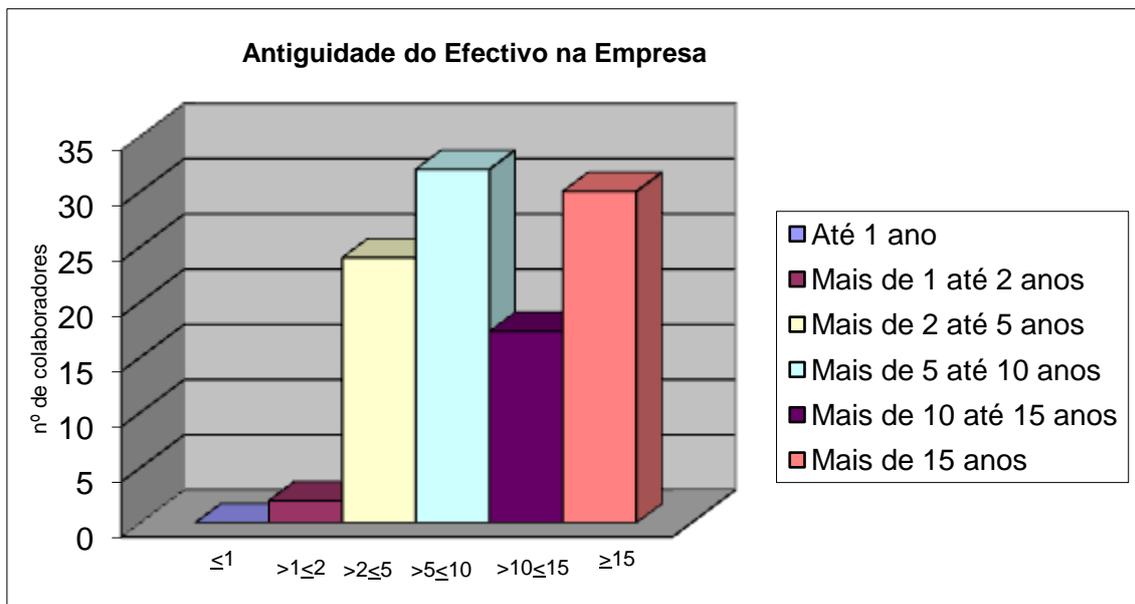
- Níveis de Qualificação

	Quadros Superiores	Quadros Médios	Quadros Intermédios	Profissionais altamente qualificados e qualificados	Profissionais Semiquualificados	Profissionais não qualificados	TOTAL	%
Homens	37	0	0	12	10	1	60	57
Mulheres	28	0	0	5	12	0	45	43
Total	65	0	0	17	22	1	105	100



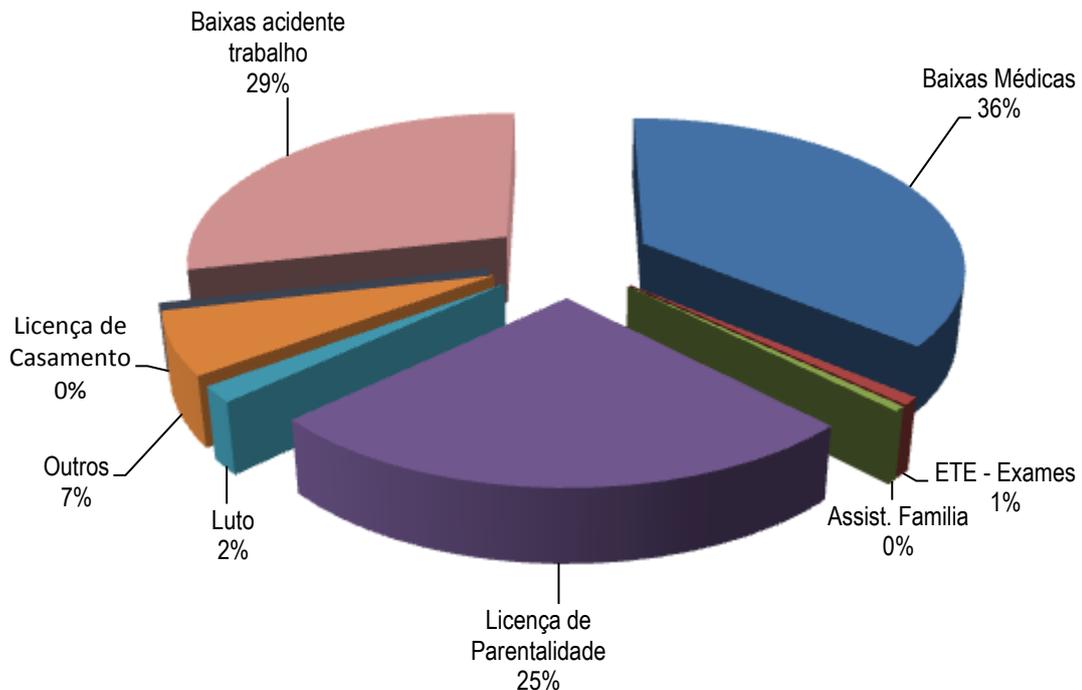
- Antiguidade do efetivo na Empresa

ANTIGUIDADE		
	N.º	%
	Colaboradores	
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 até 2 anos	2	2
Mais de 2 até 5 anos	24	23
Mais de 5 até 10 anos	32	30
Mais de 10 até 15 anos	17	16
Mais de 15 anos	30	28
Total	105	100



3.3.2 - Prestação do Trabalho

- Absentismo



3.3.3 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos

- Formação

A Formação Profissional e consequente qualificação do efetivo assumem-se como orientações de fundo nos objetivos estratégicos da Empresa. Este rumo está delineado ao nível da política de recursos humanos e assumido como um instrumento de gestão da mesma.

O Plano de Formação da Empresa é elaborado tendo em linha de conta os seguintes fatores:

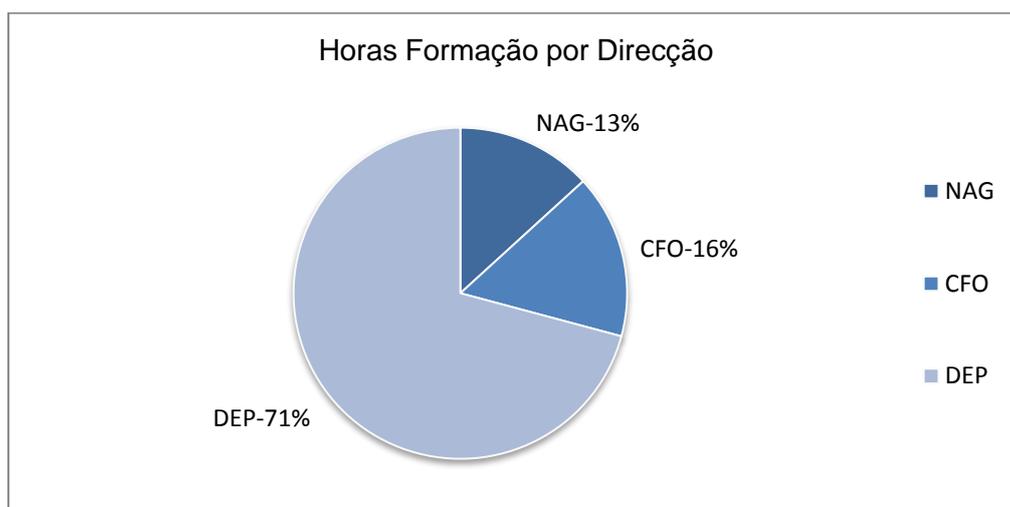
- Política global de desenvolvimento da Empresa;
- Necessidades específicas decorrentes do sistema organizacional;
- Necessidades ao nível da valorização profissional de cada funcionário.

Existe neste âmbito uma preocupação da Empresa em colmatar eficazmente as necessidades diagnosticadas, estabelecendo e implementando o Plano de Formação.

Distribuição das horas de formação:

ACÇÕES DE FORMAÇÃO POR DIRECÇÃO (Horas)

	N.º Horas	N.º Formandos
NAG	125	33
CFO	152	48
DEP	672	68
Total	949	149



3.4 – Sistema Integrado de Gestão (Qualidade e Ambiente)

No ano de 2013 a Ferconsult assegurou a manutenção da Certificação segundo as normas NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2012. Realizou-se nos dias 20, 21 e 22 de Maio, a auditoria externa ao Sistema integrado de Gestão (Qualidade e Ambiente) da Ferconsult onde a Equipa Auditora destacou os seguintes Pontos Fortes:

- “Competência e conhecimento demonstrado por todos os intervenientes no decorrer da auditoria”;
- “Sistema informático de gestão da legislação.”

O envolvimento e empenho de todos, principalmente nos meses que precederam a Auditoria e em que foi efetivamente realizado um esforço para integrar, simplificar e melhorar o nosso sistema, foi produtivo e reconhecido. Nesta auditoria, não foram registadas quaisquer Não Conformidades ou Áreas Sensíveis, tendo sido sugeridas apenas cinco Oportunidades de Melhoria.

No entanto, ficou reforçada a necessidade de aumentar o controlo efetivo da implementação do SIG no âmbito dos projetos internacionais. Nomeadamente, haverá necessidade de realizar auditorias internas presenciais nos locais onde prestamos serviços de fiscalização ou apoio técnico a obras. Esta exigência deriva de orientações internacionais (transmitidas pelo IPAC) cada vez mais restritas em matéria de Ambiente e Segurança em Obra.

Com a reestruturação da empresa, efetivada em Setembro de 2012, foi necessário proceder à integração e atualização dos Sistemas de Gestão implementados e certificados na Ferconsult.

Assim, no primeiro semestre de 2013, a Empresa dispunha já de um novo mapa de processos (de acordo com a nova organização segundo seis processos (Coordenação e Fiscalização de Obras, Estudos e Projetos, Gestão Administrativa e Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Comercial e Monitorização do Sistema Integrado de Gestão) e um Manual Integrado de Qualidade e Ambiente.

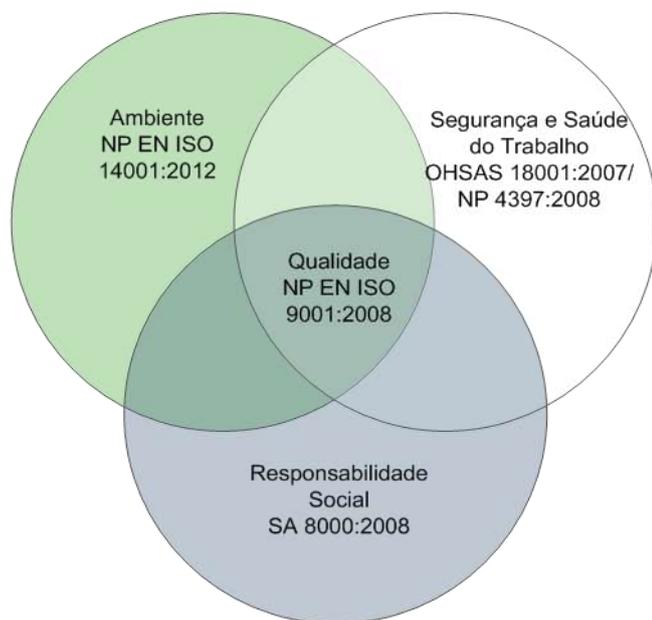
A existência de vários sistemas de gestão numa organização quando encarados como sistemas autónomos pode ocasionar dificuldades de coordenação. Para além disso, os vários Sistemas de Gestão (da Qualidade, Ambiental, da Segurança e Saúde do Trabalho e da Responsabilidade Social) são complementares, existindo várias

sinergias entre eles. Desta forma, faz todo o sentido que a Ferconsult encare o sistema como um todo e como um sistema global à organização.

Existem vários requisitos comuns aos sistemas de gestão que se refletem na organização da própria empresa em aspetos como a definição de uma política comum, a definição de objetivos, a existência de um único sistema de documentação e controlo da mesma, a identificação e tratamento de não-conformidades, auditorias globais ao SIG bem como a sua avaliação, monitorização e revisão.

A figura ilustra bem como todos os Sistemas de Gestão funcionarão de modo integrado por sobreposição dos requisitos específicos sobre o referencial de base do Sistema de Gestão da Qualidade, a norma NP EN ISO 9001:2008.

Para além da complementaridade existente entre os vários Sistemas de Gestão, existem outros fatores que levam a organização a beneficiar de um Sistema de Gestão Integrado, tais como:



- A redução de custos, tempo e interrupções com o processo de Certificação e manutenção dos Sistemas de Gestão (p ex. auditorias);
- A não duplicação de recursos internos e infraestruturas;
- A não sobreposição de documentação, reduzindo a burocracia na organização;
- O Reconhecimento e compreensão das responsabilidades de inter-relações dentro da organização; e
- A maior fluidez de informação na organização.

De futuro, e porque as exigências internacionais ao nível de potenciais Clientes e melhores práticas no sector assim o determinam, a Ferconsult deverá apostar na certificação em Segurança e Saúde do Trabalho e até em Responsabilidade Social.

Este é o caminho natural para as empresas que possuem um sistema integrado de gestão certificado e amadurecido.

Ao nível da Comunicação com o exterior, em 2013 foi dada a continuidade da manutenção da atualização do *site* externo, em Português e inserida a informação possível em inglês e em francês, nomeadamente o Manual Integrado de Gestão.

Está disponível no *website*:

- Informação de âmbito Sistema Integrado de Gestão, a Política de Qualidade e Ambiente da Ferconsult, o Manual Integrado de Gestão e certificado da APCER;
- Informação com carácter de obrigação legal, apresentação da empresa, missão, visão e valores, órgãos sociais e os últimos cinco Relatórios e Contas aprovados,

Ainda em 2013, de acordo com a revisão do procedimento interno PC03 – Comunicação e Imagem, de forma a aferir o grau de satisfação dos parceiros, fornecedores e prestadores de serviços, iniciou-se o desenvolvimento de questionários à medida consoante o grupo de interesse foco. À semelhança do que tem vindo a ser realizado para aferição da Satisfação do Cliente, será dado início em 2014, à auscultação aos parceiros e outras partes interessadas de forma a identificar possíveis formas de melhoria do SIG para ir de encontro às suas expectativas.

4 – GOVERNO DA SOCIEDADE

Nos termos do regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, a Ferconsult tem vindo a ajustar os níveis de informação de forma a dar cumprimento aos requisitos a que está obrigada, nomeadamente com a inclusão de um capítulo próprio relativo ao governo da sociedade no seu relatório e contas.

4.1 – Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa

4.1.1 – Missão

Disponibilizar soluções eficazes que excedam as expectativas dos nossos clientes. Ser uma organização cada vez mais robusta apostando em novos mercados e solidificando a sua posição nacional. Apostar na inovação e na qualidade enquanto promotores de desenvolvimento económico, de forma contínua e sustentada.

4.1.2 – Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos para a Ferconsult são:

- a) Garantir a sua sustentabilidade – a empresa tinha, desde 2010 resultados negativos, fruto de opções tomadas no passado, e de a empresa não se ter preparado em tempo para o novo paradigma da sua posição no mercado e, também, devido à atual conjuntura económica que conduziu a uma drástica redução de investimento no sector da atividade da Ferconsult; o volume de faturação diminuiu desde 2009 até 2012, apesar dos resultados operacionais terem vindo a melhorar desde 2010, graças às ações levadas a cabo para reorganização da empresa e redução dos seus custos; em 2013 a empresa teve já resultados positivos e tem hoje uma carteira de trabalho muito interessante para os próximos anos, que permite encarar o futuro com otimismo.

- b) Internacionalização – nos capítulos anteriores já se referiu o percurso da empresa na sua aposta nos mercados internacionais; trata-se de uma opção natural face à atual não existência de mercado nacional e face às necessidades da competência e experiência da Ferconsult nalguns países onde existem fortes investimentos em infraestruturas de transportes. A empresa tem hoje já um sucesso relativo em países como a Argélia e o Brasil, procurando aumentar a sua influência naqueles países e estudar outras oportunidades que se mostrem interessantes do ponto de vista empresarial nas áreas geográficas e países definidos como estratégicas.
- c) Exportação de engenharia – a empresa pode constituir-se como veículo de exportação de engenharia nacional, uma vez que o seu *portfolio*, único em Portugal, permite a elegibilidade em concursos internacionais no sector dos sistemas de transporte em sítio próprio, onde outras empresas de engenharia nacional não têm as referências nem experiência necessárias para aceder.
- d) Empresa posicionada no mercado concorrencial internacional - uma vez que se crê que a Ferconsult tem condições para, a curto prazo, garantir a sua sustentabilidade, deverão ser criadas as condições para que a empresa possa operar, em condições de equidade, no mercado concorrencial internacional onde no futuro e quase exclusivamente irá desenvolver a sua atividade; tal implica a libertação de algumas das medidas impostas ao Setor Empresarial do Estado que hoje podem limitar a atividade da empresa e o estabelecimento de uma relação comercial normal com a banca.

4.1.3 – Políticas

A Ferconsult visa prosseguir as políticas da qualidade e ambiente, pelo que pretende desenvolver todas as suas atividades numa ótica de melhoria contínua, pautando-se pelos valores de rigor, qualidade, competência e inovação, rumo à excelência dos seus serviços e organização, assegurando a satisfação dos seus clientes, bem como a preservação e proteção do meio ambiente.

Assim, promovendo o compromisso de todos os seus colaboradores e fornecedores, bem como o envolvimento de toda a comunidade em que se insere, a Ferconsult assume para a obtenção destes objetivos, a responsabilidade de:

- Valorização dos colaboradores, promovendo o seu compromisso com os custos, prazos e qualidade dos serviços prestados e fornecendo a todos uma formação adequada;
- Cumprimento dos contratos ambicionando exceder as expectativas dos clientes e satisfazendo as suas exigências e critérios de carácter ambiental;
- Atualização dos conhecimentos face à evolução tecnológica e à competitividade dos mercados atuais;
- Cumprimento da legislação aplicável, os requisitos contratuais e outros, subscritos pela empresa;
- Racionalização dos consumos de energia e matérias-primas ao nível de combustíveis fósseis, eletricidade, água e papel, produção de resíduos, melhorando a sua gestão de forma a prevenir as diversas formas de poluição associadas;
- Contribuição ativa para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa, através da promoção da mobilidade sustentável;
- Manutenção de canais de comunicação simples e abertos para divulgação da sua política e principais resultados;
- Avaliação periódica da eficácia do Sistema Integrado de Gestão, com vista à melhoria contínua, rumo à sustentabilidade.

4.2 – Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

4.2.1 – Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, sendo o Presidente e um vogal, simultaneamente, membros do conselho de administração do acionista único, a Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o administrador residente é o outro vogal do conselho de administração.

Mandato 2010-2012

Cargo		Eleição
Presidente	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	28.09.2012
Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	28.09.2012
Vogal	Eng.º João Mário Simões Viana	06.09.2010

4.2.2 – Funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração

- Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas, Presidente
 - Representação institucional da Ferconsult
 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do ENSITRANS, A.E.I.E., desde 11.04.2013
- Eng.º João Mário Simões Viana, Vogal
 - Administrador residente
 - Secretário da Mesa da Assembleia Geral do ENSITRANS, A.E.I.E., desde 11.04.2013
- Dr. Luís Carlos Antunes Barroso, Vogal

4.2.3 – Mesa da Assembleia Geral

Mandato 2010-2012

Cargo	Eleição
-------	---------

Presidente: Dra. Filipa Alexandra Queirós Cardoso Aires Bandeira de Melo, eleita em 28.09.2012

Secretário: Dr. Nuno Mariano Agostinho Soares, eleito em 28.09.2012

4.2.4 – Fiscal Único

Mandato 2011-2013

Fiscal Único efetivo: Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC n.º 992

Fiscal único suplente: Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC n.º 572

4.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Tendo em conta que o Presidente e um dos vogais são, simultaneamente, administradores do acionista único, o Metropolitano de Lisboa, EPE, apenas o administrador residente auferirá remuneração pelo desempenho do seu cargo na empresa.

4.3.1 – Vogal - Eng.º João Mário Simões Viana

Remuneração base	3.131,49 euros	14 vezes por ano
Despesas de Representação	1.252,60 euros	12 vezes por ano
Redução vencimento mensal	-313,15 euros	
Subsídio de refeição	10,06 euros	

4.3.2 – Fiscal Único efetivo: Deloitte & Associados, SROC, S.A

Honorários	11.727,00 euros anual
------------	-----------------------

4.3.3 – Remunerações e outras regalias do Conselho de Administração

4.3.3.1.	Remuneração	Vogal
4.3.3.1.1.	Remuneração base anual/fixa	43.840,86
4.3.3.1.2.	Despesas de Representação	15.031,20
4.3.3.1.3.	Redução decorrente da Lei 55-A/2010	5.504,37
4.3.3.1.4.	Remuneração anual efetiva	53.367,69
<hr/>		
4.3.3.2.	Outras regalias e compensações	
4.3.3.2.1.	Plafond anual em comunicações	1.200,00
4.3.3.2.2.	Gastos de utilização de comunicações móveis	297,36

Comunicações internacionais e roaming	271,84
Transmissão de dados	143,04
4.3.3.2.3. Subsídio de deslocação (ajudas de custo)	2.748,2
4.3.3.2.4. Subsídio de refeição	1.800,74

4.3.3.3. Encargos com benefícios sociais	
4.3.3.3.1. Proteção social	12.043,02
4.3.3.3.2. Seguro de saúde	358,65
4.3.3.3.3. Seguro de vida	0,00
4.3.3.3.4. Seguro de acidentes pessoais	410,88
4.3.3.3.5. Seguro de acidentes de trabalho	260,87

4.3.3.4. Parque automóvel	
4.3.3.4.1. Marca	BMW
4.3.3.4.2. Modelo	320D
4.3.3.4.3. Matricula	36-DD-55
4.3.3.4.4. Modalidade de utilização	<i>Leasing</i>
4.3.3.4.5. Valor de referência da viatura	20.100,00
4.3.3.4.6. Ano de início	2012 ^{1,3}
4.3.3.4.7. Ano de Termo	2016
4.3.3.4.8. Combustível gasto com a viatura	2.182,84
4.3.3.4.9. Plafond anual de combustível atribuído	s/plafond

¹ Viatura usada, que já se encontrava ao serviço da empresa, desde 2007, tendo sido adquirida em 2012

³ Viatura de serviço personalizada, sujeita ao regime de tributação fiscal, em sede de IRS,

4.3.3.5. Outros

Seguro anual	540,25
Conservação e manutenção	790,53
Portagens e parques	1.235,40
IUC	35,06
Amortizações	5.025,00

4.4 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

No presente capítulo, optou-se por garantir a aplicabilidade da estrutura solicitada pela DGTF, encontrando-se parte da informação apresentada, desenvolvida em capítulos próprios.

4.4.1 – Estratégias adotadas

Sendo o objetivo estratégico da Ferconsult assegurar a sustentabilidade da empresa, a estratégia adotada encontra-se já enunciada no capítulo 1. “Missão, objetivos estratégicos e políticas da empresa”.

4.4.2 – Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A Ferconsult identificou os riscos e as dificuldades sentidas, bem como as oportunidades que podiam ser desenvolvidas visando a melhoria e o aumento do grau da consciência sustentável na empresa, optando por uma política de desenvolvimento da sua atividade de forma equilibrada e sustentada, considerando ser esta a forma de garantir a sua sustentabilidade e competitividade a longo prazo.

Assim, a Política da Qualidade e Ambiente da Ferconsult reflete estas preocupações e traduz-se no seguinte:

A Ferconsult pretende desenvolver todas as suas atividades numa ótica de melhoria contínua, pautando-se pelos valores de rigor, qualidade, competência e inovação, rumo à excelência dos seus serviços e organização, assegurando a **SATISFAÇÃO DOS SEUS CLIENTES**, bem como a **PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE**.

Assim, promovendo o compromisso de todos os seus colaboradores e fornecedores, bem como o envolvimento de toda a comunidade em que se insere, a Ferconsult, SA assume, para a obtenção destes objetivos, a responsabilidade de:

- VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES, promovendo o seu compromisso com os custos, prazos e qualidade dos serviços prestados e fornecendo a todos uma FORMAÇÃO adequada;
- CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS ambicionando exceder as expectativas dos clientes e satisfazendo as suas exigências e critérios de caráter ambiental;
- Preferência por FORNECEDORES e parceiros que prossigam políticas de sustentabilidade ambiental;
- ATUALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS face à evolução tecnológica e à competitividade dos mercados atuais;
- CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO aplicável, os requisitos contratuais e outros, subscritos pela empresa;
- RACIONALIZAÇÃO DOS CONSUMOS de energia e matérias-primas ao nível de combustíveis fósseis, eletricidade, água e papel, produção de resíduos, MELHORANDO A SUA GESTÃO de forma a prevenir as diversas formas de poluição associadas;
- Contribuição ativa para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa, através da promoção da MOBILIDADE SUSTENTÁVEL;
- MANUTENÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO simples e abertos para divulgação da sua política e principais resultados; e
- AVALIAÇÃO periódica da eficácia do Sistema Integrado de Gestão, com vista à melhoria contínua, rumo à Sustentabilidade.

4.4.3 – Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Os principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa são:

Operacionais:

- Qualidade do serviço;
- Desajustamento dos ativos humanos (em face da carteira de trabalhos da empresa, a atual distribuição dos recursos está desajustada às necessidades);

- Diversificação de clientes;
- Continuação de referências em projetos para elegibilidade em concursos internacionais;
- Apoio dos técnicos especializados do ML em áreas não existentes na empresa;
- Limitações impostas às empresas do SEE, quando a Ferconsult opera no mercado concorrencial internacional.

Financeiros:

- Tesouraria;
- Obtenção de garantias bancárias indispensáveis à sua atividade;
- Limitações impostas às empresas do SEE, quando a Ferconsult opera no mercado concorrencial internacional.
- Controlo da execução financeira dos projetos.

4.4.4 – Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

A Ferconsult atua num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas.

No âmbito do novo modelo de governo do setor empresarial do Estado, a Ferconsult tem vindo, de forma gradual, a aplicar os princípios de bom governo.

Responsabilidade social e ambiental:

Na Ferconsult têm sido adotadas diversas práticas ambientalmente corretas, tendo a empresa implementado e obtido a certificação APCER do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), segundo a norma NP EN ISO 14001:2004, que está devidamente articulado com o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), de que a empresa também está certificada, segundo norma NP EN ISSO 9001:2008.

4.4.5 – Viabilidade do cumprimento dos Princípios de bom governo

A Ferconsult tem vindo, de forma gradual, a implementar as ações necessárias para dar cumprimento às práticas de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, definidas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro.

4.4.6 – Código de ética

A Ferconsult tem, desde 14 de fevereiro de 2005, um “Código de Conduta Empresarial” que se aplica a todos os que trabalham na empresa, não só nas suas relações interpessoais, como nas relações a estabelecer com todas as entidades, singulares ou coletivas, públicas ou privadas, que, a qualquer título, se relacionem com a Empresa.

5 – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

5.1 – Prazo médio de pagamento

A Ferconsult por norma não tem atrasos nos seus pagamentos a fornecedores.

5.2 – Deveres especiais de informação

Para cumprimento dos deveres especiais de informação, foi prestada informação atempada ao acionista, para cumprimento dos seus deveres de informação junto da Inspeção-Geral de Finanças e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeadamente através dos seguintes documentos:

- Planos de atividades anuais;
- Orçamentos anuais;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Cálculo dos prazos médios de pagamento
- Mapas de pessoal.

5.3 – Recomendações do acionista

São feitas através das reuniões do CA da empresa, onde dois membros são também membros do CA do acionista.

5.4 – Remunerações

Em 2013 foi dado integral cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro).

Nesses termos, procederam-se a todas as reduções remunerações legalmente consagradas no supracitado diploma.

5.5 – Prémios de gestão

Os membros do Conselho de Administração da Ferconsult não auferem, remunerações variáveis ou prémios de gestão, dando cumprimento ao determinado no artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

5.6 – Remuneração fixa

A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos sociais foi objeto das reduções remuneratórias constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2013, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, o que vem refletido no capítulo relativo às respetivas remunerações.

5.7 – Quadro resumo

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Não aplicável	
Deveres Especiais de Informação			X	Não aplicável	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X	Não aplicável	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artº 37º da Lei 66-B/2012	X				
Órgãos sociais-redução remuneratória nos termos do artº 27º da Lei 66-B/2012	X			5.504,37€	
Órgãos sociais-redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei 12-A/2010		X		Total da Redução remuneratória em 2012	
Restantes trabalhadores – redução remuneratória nos termos do artº 27º da Lei 66-B/2012	X			241.721,08€	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito		X			
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			X	Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal					(- 25,96%)
Fornecimentos e Serviços Externos					(-56,91%)
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos					(-27,15%)
Nº de cargos dirigentes					(-50%)

6 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O exercício de 2013 foi condicionado uma vez mais pela deterioração da situação económica do país relativamente ao ano de 2012. A nível internacional manteve-se também o abrandamento de muitas economias, dando continuidade ao foco dos nossos concorrentes nas economias emergentes, mantendo em alta o nível da concorrência.

A pressão sobre a atividade financeira manteve-se, em especial em Portugal, essencialmente no que diz respeito às necessidades de liquidez da economia e consequentemente das empresas.

A nossa empresa não foi exceção, tendo-se agravado neste exercício as já grandes dificuldades de tesouraria, obrigando a uma constante esforço na recuperação dos créditos sobre clientes, encontrando-se totalmente impossibilitada de recorrer a crédito bancário. Mantém-se também a pressão negativa sobre as empresas do Sector Empresarial do Estado evidenciando uma desvantagem significativa em relação aos nossos concorrentes privados, dado que este setor deixou de ser, há já algum tempo, bastante apetecível junto da banca, para passar a ser considerado um sector de alto risco e como tal a evitar.

Mas não é só no acesso ao crédito que esta questão se coloca. No que diz respeito à obtenção de garantias bancárias – matéria essencial para a nossa atividade – as dificuldades que enfrentámos intensificaram-se, tendo sido já imensas no exercício anterior. Para o tipo de trabalhos que executamos, são sempre necessárias garantias bancárias, sejam elas para garantir a manutenção das nossas propostas, durante o prazo dos concursos, sejam para permitir adiantamento de clientes ou ainda para garantir a boa execução dos contratos. Sem esta ferramenta é impossível manter e desenvolver a nossa atividade.

Durante o ano de 2013, mais uma vez e felizmente, foram várias as necessidades de garantias bancárias, frutos de projetos entretanto contratados, agravando-se a dificuldade na sua obtenção.

A título de exemplo podemos apontar o caso do projeto do Lote 4 da extensão do Metro de Argel, para o qual foi necessário obter quatro garantias para um valor total de cerca 1,9 M€. À semelhança do ano anterior, foram feitas várias tentativas junto da banca comercial, mas apenas um banco (CGD) se mostrou disponível para o fazer,

mas com custos elevados, exigindo aval do Acionista e consequentemente do Estado Português. Este processo torna-se complexo e moroso, sendo necessário obter autorização da Tutela para a concretização destas operações. Assim o processo, que se iniciou antes do verão de 2013, não se encontra concluído, causando notórias dificuldades à Empresa, do ponto de vista de tesouraria, já que, apesar de estar a efetuar trabalho neste projeto, não consegue obter pagamentos do cliente, por não cumprir estas obrigações contratuais. É também prejudicial, do ponto de vista de imagem junto do cliente, que muitas vezes não consegue entender estas nossas dificuldades.

Como consequência, as dificuldades de tesouraria têm sido um dos maiores problemas da empresa, consumindo tempo e energia e colocando algumas dificuldades operacionais. No entanto, o aumento de atividade da empresa provocou também um aumento das necessidades de fundo de manuseio, agravando a tesouraria, o que torna necessário encontrar soluções para esta questão.

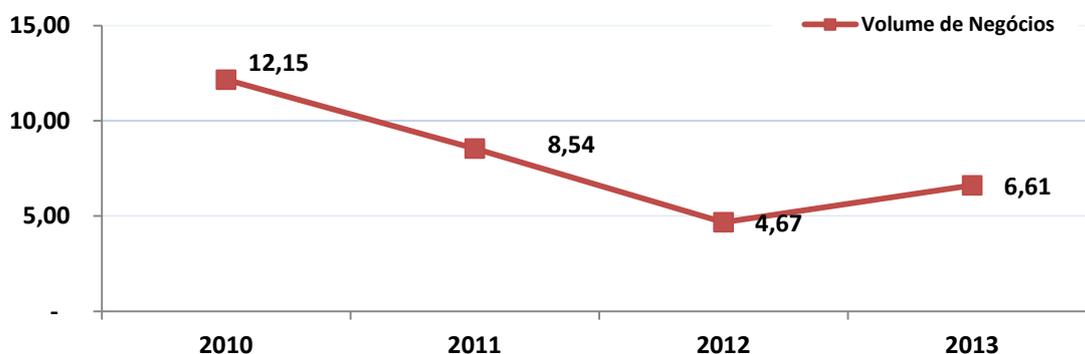
No atual enquadramento económico da empresa mantêm-se as preocupações permanentes na racionalização dos gastos de estrutura e na otimização dos meios disponíveis com vista ao aumento da produtividade e angariação de novos trabalhos.

Registou-se neste exercício um aumento significativo atividade da Empresa, bem como uma melhoria nos seus resultados, vindo a reforçar a estrutura do Balanço que reflete indicadores razoáveis, no que diz respeito à autonomia financeira (45,8%), à liquidez geral (126,7%) e à solvabilidade global (84,6%). Constata-se também uma inversão positiva de todos os indicadores financeiros, pela primeira vez nos últimos quatro exercícios, como adiante se detalhará.

INDICADORES GERAIS

Volume de Negócios

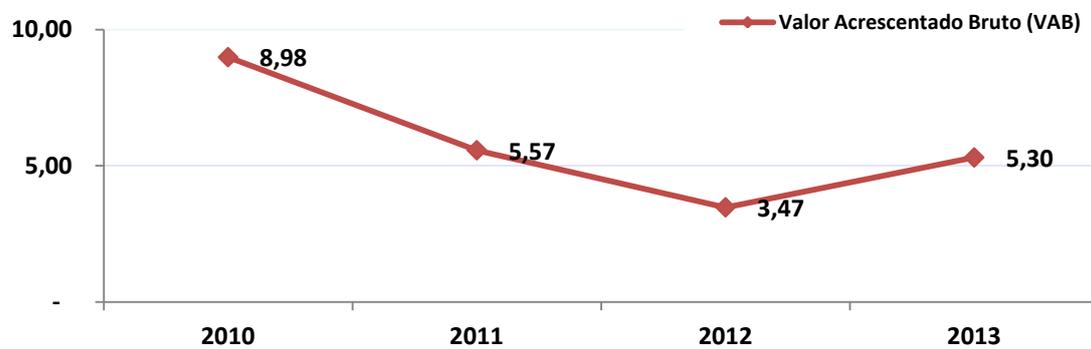
O volume de negócios total da Ferconsult, em 2013, cifrou-se em 6,61 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo global líquido na ordem dos 1,94 milhões de euros (+41,4%) em relação ao ano anterior, como se evidencia no gráfico seguinte:



Para este acréscimo contribuíram essencialmente o início dos projetos do Lote 3, Lote 4 e Tlemcen para a EMA e dos projetos da linha 15 e Linha 4 e 5 para o Metro de São Paulo, representando um volume de negócios de aproximadamente 2 M€. Esta alteração do volume de negócios foi também influenciada pela conclusão de diversos trabalhos em curso para vários clientes, bem como pela regularização do contrato com o ML da Instrumentação da Linha Oriente Aeroporto, no valor de 0,373 M€.

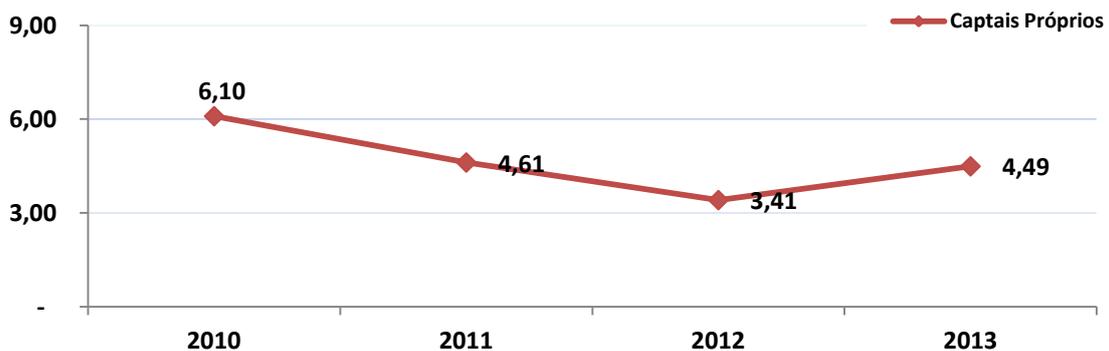
Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O VAB realizado no exercício de 2013, que corresponde ao contributo líquido da Empresa para o PIB (Produto Interno Bruto), ou seja a remuneração dos fatores trabalho e capital, cifrou-se em 5,30 milhões de euros, o que reflete um acréscimo de cerca de 53% em relação ao ano anterior (3,47 milhões de euros).



Capitais Próprios

No final do exercício, o total do capital próprio cifrava-se em 4,49 milhões de euros, tendo-se registado uma recuperação na ordem dos 31,7% (+1,08 m€) em relação ao ano anterior, como consequência, em grande medida, da conversão de suprimentos em prestações acessórias, no valor de 0,96 milhões de euros, efetuada pelo acionista. Acresce a este aumento os resultados positivos do ano. O atual volume de capitais próprios (4,49 milhões de euros) é considerado suficiente para uma boa performance económico-financeira e corresponde a um rácio de autonomia financeira na ordem dos 45,8%.



RESULTADOS E CASH-FLOW

A Empresa encerrou o ano 2013, com resultados positivos, pela primeira vez nos últimos quatro exercícios, na ordem dos 120 mil euros. Estes resultados beneficiaram de um impacto positivo da reversão de um provisão para reestruturação, no valor aproximado de 290 mil euros, bem como da regularização de um contrato com o ML, no valor de cerca de 370 mil euros. Ainda assim é resultado de um enorme esforço de gestão no sentido da sustentabilidade da empresa.

Estes esforços passaram essencialmente pela entrada em produção de novos contratos, resultado de um esforço comercial iniciado em exercícios anteriores, bem como uma continua racionalização dos meios humanos e uma contenção significativa de todos os custos. Ainda assim torna-se necessário continuar todos estes esforços, ficando por conseguir eliminar alguma inatividade ainda existente, em particular na área de Fiscalização de Obras, que apesar da realocação de meios humanos efetuada sempre que possível, para a área de projeto, onde existe necessidade de produção, tem um peso significativo nos resultados da empresa.

Observando a variação dos resultados líquidos dos últimos exercícios, face a cada um dos anos imediatamente anteriores, verificamos que em 2011 houve uma melhoria de 47,7%, em 2012 este valor foi de 18,8% e em 2013 atingiu-se 110,1%.

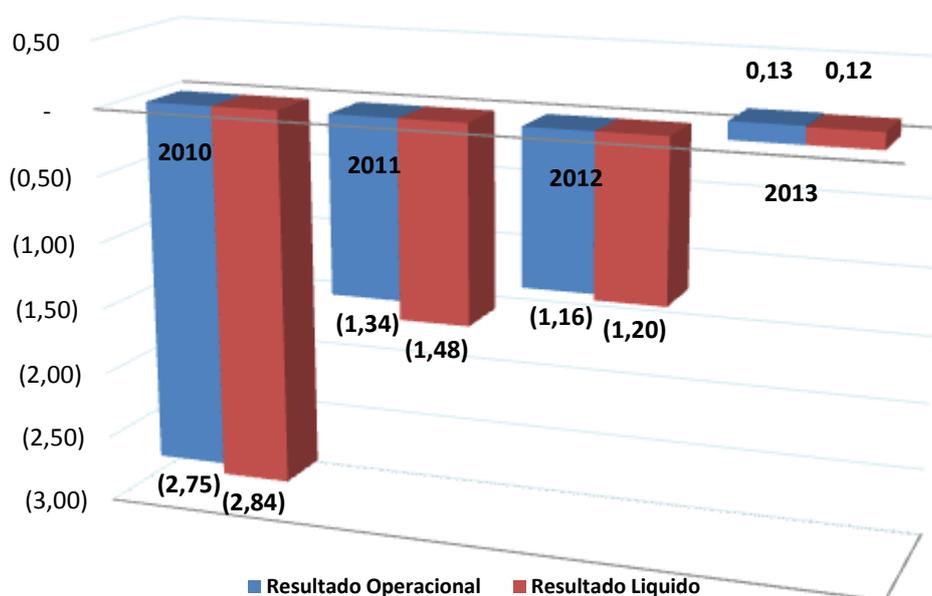
Resultado Operacional

Os resultados operacionais atingiram o montante de 0,13 milhões de euros positivos, correspondendo a uma margem operacional em função do Volume de Negócios na ordem dos 2%, o que significa uma melhoria significativa em relação ao ano transato com uma variação na casa dos +1,29 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de +111,2%.

Resultado Líquido

A Empresa obteve um resultado líquido no montante de 0,12 milhões de euros positivos, que representa a margem líquida global da atividade da Empresa, depois de impostos.

Os resultados líquidos tinham-se cifrado no exercício anterior em 1,20 milhões de euros negativos, tendo-se verificado uma melhoria muito significativa (+1,32 milhões de euros) relativamente ao exercício anterior, o que corresponde a um progresso de +110,1%, atingindo pela primeira vez quatro exercícios, um resultado positivo.

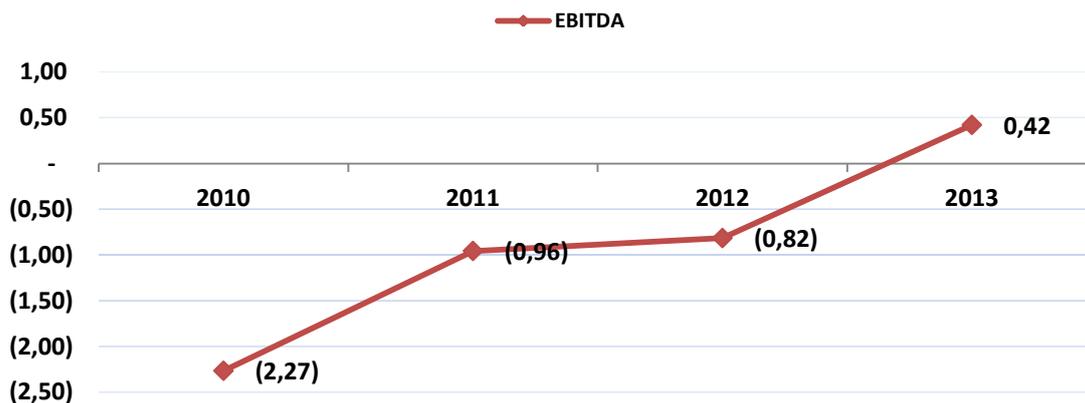


Cash-flow operacional (EBITDA)

A Empresa obteve um *cash-flow* operacional (EBITDA) positivo, no montante de 0,42 milhões de euros, que corresponde à margem operacional da atividade gerada durante o exercício de 2013, excluindo amortizações, ajustamentos e provisões, registando uma melhoria de 1,24 milhões de euros face ao ano anterior, cujo valor se situou nos 0,82 milhões de euros negativos.

A correlação do EBITDA com o total dos proveitos operacionais traduz uma margem EBITDA na ordem dos 6,4%, tendo-se registado uma diferença positiva de 24 pontos

percentuais nesta margem quando comparada com o ano anterior, devendo-se esta melhoria essencialmente a um aumento do volume de negócios na casa dos 41%, tendo os custos operacionais aumentado apenas na ordem do 12%. O EBITDA sofreu uma taxa de crescimento anual positiva de 151,7%.



INDICADORES DE RENTABILIDADE

Indicadores de Rentabilidade	2010	2011	2012	2013
Rentabilidade Operacional das Vendas	-22,7%	-15,7%	-24,8%	2,0%
Rentabilidade Líquida das Vendas	-23,3%	-17,4%	-25,7%	1,8%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-46,5%	-32,1%	-35,3%	2,7%

Rentabilidade Operacional das Vendas

O resultado operacional obtido (+0,13 milhões de euros) corresponde a uma taxa de rentabilidade operacional das vendas (Volume de Negócios) de 2,0%, registando-se uma melhoria de aproximadamente 26,8 pontos percentuais face ao ano de 2012. Este valor é relativamente baixo mas representa uma variação muito significativa relativamente aos três exercícios anteriores.

Rentabilidade Líquida das Vendas

O resultado líquido obtido (+0,12 milhões de euros) corresponde a uma taxa de rentabilidade líquida das vendas (Volume de Negócios) de 1,8%, cerca de 27,6 pontos percentuais inferior ao ano anterior. Tal como no indicador anterior verifica-se situação semelhante.

Rentabilidade dos Capitais Próprios

A correlação do resultado líquido obtido no exercício de 2013 de (+0,12 milhões de euros), com o total dos capitais próprios no fim do exercício de 4,49 milhões de euros, traduz uma taxa de rentabilidade líquida do capital próprio aplicado na Empresa correspondente a +2,7%.

INDICADORES FINANCEIROS

Neste exercício conseguiu-se atingir uma rentabilidade positiva, pela primeira vez nos últimos quatro exercícios, contribuindo para a melhoria da sua estrutura financeira, mantendo-se esta equilibrada, com especial destaque para os seus rácios de autonomia financeira e liquidez geral. Neste exercício conseguiu-se inverter a tendência de decréscimo da Autonomia Financeira e a Solvabilidade que se vinha a verificar nos 3 exercícios anteriores, quer como consequência da conversão de suprimentos em prestações acessórias, mas também pelo facto de se atingir resultados líquidos positivos, em oposição aos resultados negativos de valor significativo que se verificaram nos exercícios anteriores. A Liquidez Geral manteve a tendência de recuperação que se verifica desde o exercício de 2011, embora no exercício de 2013 se tenha registado uma recuperação mais significativa, também influenciada pela conversão de suprimentos já referenciada. Quanto ao EBITDA, manteve-se a tendência de recuperação, desde o exercício de 2010, atingindo-se pela primeira vez valores positivos.

Indicadores Financeiros	2010	2011	2012	2013
Autonomia Financeira	31,5%	28,2%	24,8%	45,8%
Liquidez Geral	132,9%	117,6%	119,0%	126,7%
Solvabilidade	46,1%	39,2%	33,0%	84,6%
EBITDA (M euros)	- 2,27	- 0,96	- 0,82	0,42

Autonomia Financeira

O rácio da autonomia financeira, que traduz a relação dos capitais próprios com o total dos ativos da Empresa, sofreu um aumento significativo (+21,0 pp) relativamente ao ano de 2012, fixando-se no fim do exercício em 45,8%.

Liquidez Geral

A Empresa apresenta em 2013 um rácio de liquidez geral de 126,7%, acima do rácio mínimo aceitável para o exercício da atividade, mantendo a tendência de recuperação desde 2011 e registando uma recuperação de 7,7 pp face ao ano transato.

Solvabilidade

O rácio da Solvabilidade, que traduz a capacidade da Empresa para regularizar o seu passivo em função do volume de capitais próprios, fixou-se em cerca de 84,6%, registando um acréscimo muito significativo de 51,6 pp comparativamente ao ano anterior (33,0%).

A evolução positiva de todos os indicadores financeiros neste exercício tem, para além de outros benefícios, uma importância significativa, pois melhora as avaliações para efeitos de concurso públicos, pelo menos no caso da Argélia, onde estes indicadores não são apenas critérios de admissibilidade, mas sim de avaliação das propostas.

Neste sentido, a decisão do acionista tomada neste exercício, de reforçar os capitais próprios, através da conversão dos suprimentos em prestações acessórias, mostrou-se sensata, com benefícios também neste domínio.

No caso ainda dos concursos para o cliente EMA, existem outros indicadores que fazem parte da avaliação da capacidade financeira, que dependem exclusivamente da performance financeira dos concorrentes, nomeadamente da evolução do volume de

negócios e do *cash-flow*, dos três últimos exercícios. Também nestes indicadores a evolução foi positiva, deixando sempre o desafio de consolidar estas melhorias no futuro.

7 – PERSPETIVAS PARA 2014

Mantêm-se válidos para 2014 os grandes vetores que haviam sido definidos para 2013.

O mercado nacional, hoje sem oportunidades sustentáveis para a atividade da Ferconsult, não constituirá certamente o foco da atividade da empresa, uma vez que se mantém a perspetiva da não realização de obras significativas no sector das infraestruturas de transportes urbanos em sítio próprio a curto e médio prazo. Mas a empresa ficará atenta aos novos investimentos de infraestruturas já anunciados pelo Governo, sobretudo os da área ferroviária, uma vez que a Ferconsult tem também aí competências, embora exista uma grande disponibilidade e apetência para aqueles projetos por um elevado número de empresas de consultoria nacionais hoje com reduzida atividade.

Mas o mercado internacional no sector dos transportes continua a apresentar oportunidades em várias regiões do globo, nomeadamente no Norte de África, Médio-Oriente e Brasil.

É aqui que a empresa continuará a focar a sua atividade comercial, a qual já começou a dar os seus frutos. Para além de continuar a apresentar propostas para os atuais clientes na Argélia e no Brasil, a empresa deverá diversificar as suas apostas de modo a reduzir o risco da forte dependência de clientes hoje existente.

Continuaremos assim a intensificar a nossa atividade comercial nas regiões que definimos como estratégicas, podendo ser analisadas pela Ferconsult oportunidades noutras regiões geográficas, quando exista o desafio para colaboração com outras empresas portuguesas ou internacionais, e desde que, após uma avaliação do projeto concreto, dos respetivos montantes de investimento e retorno, das competências e referências necessárias e de eventuais riscos envolvidos, o projeto se afigure de interesse empresarial. Mas para outras regiões diferentes das definidas como estratégicas pela empresa, a iniciativa não caberá à Ferconsult, devendo as mesmas ser apresentadas por eventuais parceiros, para análise pela empresa.

Há todavia que ter presente que, por via do arrefecimento das economias a que pertencem parte dos nossos concorrentes no nosso sector de atividade, se assiste a um aumento da intensidade da concorrência, pelo que se continuará a focar o esforço

comercial nas áreas em que a Ferconsult detém um efetivo *know-how* que possa constituir uma vantagem competitiva, nomeadamente no que diz respeito aos estudos, projetos e gestão de empreendimentos de sistemas de transporte em sítio próprio.

Para tal é essencial que o nosso acionista continue a dar um importante apoio na disponibilização do seu conhecimento e experiência, através do contributo dos seus técnicos especialistas nas áreas complementares às competências existentes na Ferconsult e que constituem um fator diferenciador perante os clientes e por comparação com os nossos principais concorrentes.

Caberá também ao nosso acionista um papel de sensibilização da sua tutela, no sentido de que algumas restrições impostas ao Sector Empresarial do Estado, designadamente a limitação de algumas despesas, a contratação de trabalhadores locais nos países onde estamos a operar e a contratação de especialistas que hoje carecemos, as quais não são compatíveis com o crescimento da nossa atividade internacional, não sejam aplicadas na totalidade da extensão que está definida na Lei do Orçamento de Estado de 2014, pois tal poderá inviabilizar o cumprimento de contratos internacionais e a exportação de engenharia portuguesa pela Ferconsult, prejudicando o caminho da sua futura sustentabilidade.

Do ponto de vista interno, dever-se-á dar continuidade ao processo de reestruturação já iniciado mas ainda insuficiente, o qual não teve uma evolução relevante no ano de 2013. É necessário um redimensionamento da empresa com o objetivo de adequar a capacidade de produção à procura estimada e, sobretudo, aos tipos de serviço requeridos. É também fundamental garantir a continuidade do conhecimento e saber da empresa nas áreas chave em que atua, pelo que é importante assegurar a contratação de técnicos com a formação de base específica nas áreas hoje mais carenciadas, aproveitando para os treinar com os projetos que estão em desenvolvimento. Só com uma adequação dos recursos às atuais necessidades, a empresa terá condições para atingir os níveis de competitividade necessários para assegurar a sua futura sustentabilidade.

Já foram também referidas as dificuldades de tesouraria, que continuarão a fazer-se sentir em 2014, e o complexo processo de obtenção de garantias bancárias, essenciais para a nossa atividade. Também aqui é importante continuar com o apoio que tem sido dado pelo nosso acionista, e solicitar uma sensibilização da tutela para a simplificação dos processos onde pode atuar diretamente.

Serão estes os vetores fundamentais a desenvolver em 2014: foco nos mercados internacionais onde a empresa possa apresentar uma efetiva vantagem competitiva, execução dos trabalhos obtidos com satisfação do cliente e com rentabilidade, e prosseguimento no redimensionamento da empresa com vista a ganhos de melhores níveis de eficiência, mantendo as competências base e o *know-how* diferenciador.

Atendendo ao aumento do perfil de risco da empresa com uma crescente atividade das prestações de serviços de estudos e projetos a cargo da DEP e, considerando que aquelas se destinam a mercados internacionais, em regra com riscos mais elevados, o desafio para os próximos anos será maior, e uma cultura de exigência, de planeamento e de controlo das atividades de produção, de acompanhamento dos clientes, bem como uma cuidada gestão dos contratos, a par de um empenhado e rigoroso controlo de gestão e financeiro, serão requisitos essenciais para a continuação dos resultados positivos da empresa.

Por fim, uma breve nota sobre o futuro da Ferconsult, integrada no Setor Empresarial do Estado. Sendo conhecido o Memorando da Troika, no seu ponto 3.23, sobre a necessidade de alienação das empresas participadas “non core” do Setor Empresarial do Estado, impõe-se que o acionista da Ferconsult efetue uma reflexão estratégica sobre qual o papel que pretende que a Ferconsult venha a desempenhar no futuro e até que ponto a empresa deve ou não ser considerada “non core”.

As opções do acionista passam assim ou por manter a Ferconsult na esfera do ML, ou por alienar a empresa, total ou parcialmente, ou ainda qualquer outra que o acionista e/ou Governo da República venham a decidir. Em qualquer das situações, os objetivos da Ferconsult com vista à sua sustentabilidade permanecem válidos.

Tendo ainda em conta a vocação exportadora desta empresa, o Governo de Portugal, numa estratégia global e concertada para a internacionalização das empresas nacionais, pode utilizar a Ferconsult como veículo para arrastar ou ajudar empresas da atividade da consultoria e/ou da construção, para a exportação de engenharia e de construção na área dos transportes para outros países, num sector onde a Ferconsult é já conhecida e são reconhecidas as suas capacidades.

Salienta-se contudo a importância de a Ferconsult, em qualquer dos cenários que vier a ser escolhido pelo acionista, poder continuar a contar, no futuro, com as competências técnicas e o conhecimento existente no ML, bem como com a disponibilização dos seus técnicos para integrarem os projetos da Ferconsult, pois tal



constituí, como já se disse, um fator-chave diferenciador nos serviços que prestamos aos nossos clientes.

8 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2013, a Empresa aumentou o seu volume de negócios para o montante de € 6.607.434,23 (seis milhões, seiscentos e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e vinte e três cêntimos) e apurou resultados líquidos positivos que ascenderam a € 121.488,41 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e quarenta e um cêntimos).

Assim, nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração, considerando os níveis de capitais próprios adequados ao desempenho das suas atividades, propõe à Assembleia Geral, a aplicação do resultado líquido positivo do exercício, no valor global de € 121.488,41, na rubrica de resultados transitados.

Lisboa, 17 de abril de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luís Carlos Antunes Barroso'.

Luís Carlos Antunes Barroso

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João M. Simões Viana'.

João M. Simões Viana

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João M. Simões Viana'.



9 – ANEXOS



Demonstrações Financeiras

Índice das demonstrações financeiras

Balanços em 31 de dezembro de 2013 e 2012	3
Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012	4
Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012	5
Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012	6
Anexo às demonstrações financeiras	7
1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	8
4 FLUXOS DE CAIXA	16
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	16
6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	18
7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	20
8 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	21
9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	21
10 CLIENTES	22
11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	22
12 OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	23
13 DIFERIMENTOS.....	24
14 CAPITAL	24
15 RESERVAS LEGAIS, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS.....	25
16 PROVISÕES.....	26
17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	27
18 FORNECEDORES	27
19 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	27
20 OUTRAS CONTAS A PAGAR	28
21 SERVIÇOS PRESTADOS	28
22 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.....	28
23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	29
24 GASTOS COM PESSOAL	30
25 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	30
26 OUTROS GASTOS E PERDAS.....	30
27 GASTOS FINANCEIROS.....	31
28 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	31
29 DIVIDENDOS.....	32
30 COMPROMISSOS	33
31 CONTINGÊNCIAS	33
32 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	33
33 PARTES RELACIONADAS	34
34 EVENTOS SUBSEQUENTES	36

Balanços em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	Notas	31 de dezembro	
		2013	2012
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	324.985	508.780
Propriedades de investimento	7	3.104.885	3.167.400
Activos intangíveis	8	27.456	7.950
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	9	407.478	404.158
Participações financeiras - outros métodos		396	396
		3.865.200	4.088.684
Corrente			
Clientes	10	2.057.365	5.485.647
Estado e outros entes públicos	11	28.573	102.399
Outras contas a receber	12	3.392.575	3.812.167
Diferimentos	13	121.282	117.229
Caixa e depósitos bancários	4	335.168	140.662
		5.934.963	9.658.104
Total do activo		9.800.163	13.746.788
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	14	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	14	960.000	
Reservas legais	15	200.000	200.000
Outras reservas	15	7.731.809	7.731.809
Resultados transitados	15	(5.522.197)	(4.319.073)
		4.369.612	4.612.736
Resultado líquido do exercício		121.488	(1.203.124)
Total do capital próprio		4.491.100	3.409.612
Passivo			
Não corrente			
Provisões	16	624.742	1.259.118
Financiamentos obtidos	17	-	960.000
		624.742	2.219.118
Corrente			
Fornecedores	18	1.294.441	5.717.099
Adiantamentos de clientes	19	683.819	1.787
Estado e outros entes públicos	11	769.987	189.204
Financiamento obtidos	17	-	15.641
Outras contas a pagar	20	1.836.363	2.113.434
Diferimentos	13	99.712	80.892
		4.684.321	8.118.058
Total do passivo		5.309.063	10.337.176
Total do capital próprio e do passivo		9.800.163	13.746.788

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico de Contas:



O Conselho de Administração



Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços prestados	21	6.607.434	4.673.180
Subsídios à exploração	22	14.562	41.846
Ganhos/ perdas inputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	3.320	128.118
Fornecimentos e serviços externos	23	(1.364.966)	(1.362.270)
Gastos com o pessoal	24	(5.245.635)	(5.698.259)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	10 , 12	7.617	1.159.848
Provisões (aumentos/ reduções)	16	402.056	125.564
Outros rendimentos e ganhos	25	61.686	143.280
Outros gastos e perdas	26	(64.809)	(26.546)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		421.265	(815.239)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6, 7, 8	(291.736)	(342.720)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		129.529	(1.157.959)
Juros e rendimentos similares obtidos	27	-	58.562
Juros e gastos similares suportados	27	(16)	(73.035)
Resultados antes de impostos		129.513	(1.172.432)
Imposto sobre o rendimento do exercício	28	(8.025)	(30.692)
Resultado líquido do exercício		121.488	(1.203.124)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico de Contas:



O Conselho de Administração:



Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2011		<u>1.000.000</u>	<u>-</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.809</u>	<u>(2.836.702)</u>	<u>(1.482.371)</u>	<u>4.612.736</u>
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado de 2012		-	-	-	-	(1.482.371)	1.482.371	-
Outras		-	-	-	-	(1.482.371)	1.482.371	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	(1.203.124)	(1.203.124)
Resultado integral		-	-	-	-	-	(1.203.124)	(1.203.124)
A 31 de dezembro de 2012		<u>1.000.000</u>	<u>-</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.809</u>	<u>(4.319.073)</u>	<u>(1.203.124)</u>	<u>3.409.612</u>

	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2012		<u>1.000.000</u>	<u>-</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.809</u>	<u>(4.319.073)</u>	<u>(1.203.124)</u>	<u>3.409.612</u>
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado de 2012		-	-	-	-	(1.203.124)	1.203.124	-
		-	-	-	-	(1.203.124)	1.203.124	-
Resultado líquido do exercício:		-	-	-	-	-	121.488	121.488
Operações com detentores de capital no período:								
Prestações acessórias		-	960.000	-	-	-	-	960.000
Resultado integral		-	-	-	-	-	121.488	121.488
A 31 de dezembro de 2013		<u>1.000.000</u>	<u>960.000</u>	<u>200.000</u>	<u>7.731.809</u>	<u>(5.522.197)</u>	<u>121.488</u>	<u>4.491.100</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico de Contas:



O Conselho de Administração:



Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		12.680.973	8.532.839
Pagamentos a fornecedores		(6.026.041)	(1.783.668)
Pagamentos ao pessoal		(5.219.062)	(5.434.841)
Caixa gerada pelas operações		1.435.869	1.314.330
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(41.387)	73.007
Outros recebimentos/ pagamentos		(1.081.234)	(1.282.649)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		<u>313.248</u>	<u>104.688</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(80.295)	(13.323)
Activos intangíveis		(23.706)	(1.538)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1.503	21.702
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		<u>(102.498)</u>	<u>6.841</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15.683)	(72.010)
Juros e gastos e similares		(561)	(1.200)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		<u>(16.244)</u>	<u>(73.210)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes			
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	140.662	102.343
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	<u>335.168</u>	<u>140.662</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo balanço em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (também referida neste documento como Ferconsult, Empresa ou Sociedade) foi constituída em 1991. Tem por objeto social a elaboração de estudos e realização de projetos, prestação de serviços de consultoria nas áreas de arquitetura, de engenharia e de transporte e elaboração, organização e coordenação de concursos para adjudicação de empreitadas e fornecimentos, orçamentação, coordenação, gestão, fiscalização e controlo de obras e gestão da qualidade em empreendimentos da construção.

A Ferconsult é detida a 100% pela Metropolitano de Lisboa, EPE, com sede em Lisboa.

A Ferconsult detém uma participação financeira no Agrupamento Engenharia e Sistemas de Transportes - Ensitrans, AEIE (Ensitrans), empresa sobre a qual detém 45% do capital mas não detém a maioria dos titulares dos órgãos de gestão. A Sociedade detém ainda duas outras participações nas Sociedades Trem e Trem II, agrupamentos complementares de empresa nas quais a Sociedade detém 0,001% do capital social.

De acordo com o Decreto-Lei nº. 158/2009, a Ferconsult está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, por ser ela também uma subsidiária de uma empresa subordinada à legislação de um Estado membro da União Europeia, que prepara demonstrações financeiras consolidadas nas quais a Ferconsult é consolidada pelo método integral – Metropolitano de Lisboa, EP.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 24 de março de 2014. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ferconsult, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Ferconsult no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidos no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto de 2009, os quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Ferconsult, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, de acordo com as NCRF, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Ferconsult estão mensurados em Euros, que é a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de moeda estrangeira

Moeda	2013	2012
USD	1,3744	1,3203
DZD	107,9948	103,1000

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes activos são calculadas utilizando o método das quotas constantes. As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos
Outras activos fixos tangíveis	Entre 10 e 20 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios. As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Para fins de divulgação e análise do valor de recuperação, a Empresa obtém, anualmente e com referência à data de relato, avaliações das propriedades de investimento para aferir o seu justo valor, elaboradas por entidades independentes e especializadas, considerando-se a manutenção desse justo valor durante esse período, exceto em situações de alteração nas condições de mercado ou eventos excepcionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, caso em que aquelas avaliações são obtidas com uma periodicidade mais curta, com referência à data do balanço imediatamente após a verificação de tais situações. Sempre que o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

A vida útil estimadas para as propriedades de investimento é de 50 anos.

3.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Ferconsult reconhece como ativos intangíveis (i) os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, ou (ii) os custos de implementação de software faturado pelo grupo.

A Ferconsult valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A Ferconsult não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.5. Participações financeiras

Investimentos são apresentados pelo método da equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Sociedade. Segundo este método, as demonstrações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Ferconsult nos ativos líquidos da correspondente entidade. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Sociedade tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Ferconsult e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela associada são considerados reduções do investimento detido.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou entidade conjuntamente controlada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por

valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similantemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

As políticas contabilísticas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as políticas contabilísticas da Ferconsult.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas na nota 9.

3.6. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.7. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ferconsult classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida, ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os réditos relativos a juros a reconhecer em cada período relativos a ativos registados ao custo amortizado, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivativos e ativos financeiros detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivativos que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

A Ferconsult avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Ferconsult reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio da Ferconsult, são reconhecidas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital social

As ações são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Ferconsult tem i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados, ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Ferconsult divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.12. Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

3.13. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ferconsult classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida, ii) cujo reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar, como sejam os financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O gasto de juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros remanescentes são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

3.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Ferconsult detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Ferconsult não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Ferconsult tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.16. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ferconsult. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O Empresa reconhece rédito quando o seu montante pode ser razoavelmente mensurado, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, e em função dos seguintes critérios:

O rédito dos projetos em regime de “time and materials” é reconhecido na data da prestação dos serviços, usualmente com base nas horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto.

O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, com base nos custos totais incorridos, estimativa de custos a incorrer para a conclusão do contrato, e o montante global de faturação acordada.

A diferença entre o montante do rédito assim determinado e o valor faturado é registado na rubrica de Outras contas a receber ou na rubrica de Diferimentos.

A Ferconsult baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente e a especificidade de cada contrato.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos ao acionista da Ferconsult é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no exercício em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Ferconsult são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 Provisões

A Ferconsult analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.20.2 Ativos tangíveis, Propriedades de investimento e Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão.

3.20.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Ferconsult, tais como i) a disponibilidade futura de financiamento e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Ferconsult.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.20.5 Reconhecimento do Rédito

O reconhecimento de rédito é efectuado, onde aplicável, por referência à fase de acabamento do projeto, recorrendo ao uso de pressupostos e estimativas relativamente à margem do projeto e ao total de custos a incorrer para executar o contrato. Eventuais alterações nestes pressupostos e estimativas poderão influenciar, de forma significativa, os resultados de cada contrato e da Empresa.

3.21. Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Ferconsult não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa relevante com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Numerário		
- Caixa	4.000	4.000
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	318.401	121.289
- Depósitos a prazo	12.767	15.373
	<u>331.168</u>	<u>136.662</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>335.168</u>	<u>140.662</u>

Os montantes acima detalhados foram considerados como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa”, para efeitos da elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações nas Normas

Não foram publicadas no presente exercício novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Ferconsult.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificou no exercício qualquer alteração nas políticas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

5.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

Não se verificou no exercício qualquer alteração nas estimativas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2013

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2013						
Custo de aquisição	1.866.433	458.800	322.367	919.041	62.382	3.629.023
Depreciações acumuladas	(1.607.446)	(348.530)	(308.130)	(805.834)	(50.303)	(3.120.243)
Valor líquido	258.987	110.270	14.237	113.207	12.079	508.780
Adições	-	-	-	41.225	-	41.225
Alienações	-	-	(39.070)	-	-	(39.070)
Depreciação - exercício	(123.496)	(40.015)	(10.050)	(46.806)	(4.654)	(225.021)
Depreciação - alienações	-	-	39.070	-	-	39.070
Valor líquido	(123.496)	(40.015)	(10.050)	(5.581)	(4.654)	(183.796)
31 de dezembro de 2013						
Custo de aquisição	1.866.433	458.800	322.367	960.266	62.382	3.670.248
Depreciações acumuladas	(1.730.942)	(388.545)	(318.180)	(852.640)	(54.957)	(3.345.264)
Valor líquido	135.491	70.255	4.187	107.626	7.425	324.985

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a empresa procedeu à alienação de equipamento de transporte, o qual se encontrava totalmente amortizado, tendo gerado uma mais-valia no montante de 1.503 Euros (Nota 25).

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2012

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
1 de janeiro de 2012						
Custo de aquisição	1.866.433	458.800	453.245	914.664	62.382	3.755.524
Depreciações acumuladas	<u>(1.459.618)</u>	<u>(303.579)</u>	<u>(442.513)</u>	<u>(749.259)</u>	<u>(43.651)</u>	<u>(2.998.620)</u>
Valor líquido	<u>406.815</u>	<u>155.221</u>	<u>10.732</u>	<u>165.405</u>	<u>18.731</u>	<u>756.904</u>
Adições			20.100	4.377		24.477
Transferências e abates			(150.978)			(150.978)
Depreciação - exercício	(147.828)	(44.951)	(16.595)	(56.575)	(6.652)	(272.601)
Depreciação- transf. e abates			150.978			150.978
Valor líquido	<u>(147.828)</u>	<u>(44.951)</u>	<u>3.505</u>	<u>(52.198)</u>	<u>(6.652)</u>	<u>(248.124)</u>
31 de dezembro de 2012						
Custo de aquisição	1.866.433	458.800	322.367	919.041	62.382	3.629.023
Depreciações acumuladas	<u>(1.607.446)</u>	<u>(348.530)</u>	<u>(308.130)</u>	<u>(805.834)</u>	<u>(50.303)</u>	<u>(3.120.243)</u>
Valor líquido	<u>258.987</u>	<u>110.270</u>	<u>14.237</u>	<u>113.207</u>	<u>12.079</u>	<u>508.780</u>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7 Propriedades de investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os movimentos registados na propriedade de investimento foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A 1 de janeiro		
Valor bruto	4.167.631	4.167.631
Depreciações acumuladas	(1.000.232)	(937.717)
Valor líquido	<u>3.167.400</u>	<u>3.229.914</u>
Depreciações	(62.514)	(62.514)
	<u>(62.514)</u>	<u>(62.514)</u>
A 31 de dezembro		
Valor bruto	4.167.631	4.167.631
Depreciações acumuladas	(1.062.746)	(1.000.232)
Valor líquido	<u>3.104.885</u>	<u>3.167.400</u>

As propriedades de investimento respeitam a um imóvel sito na Avenida do Bocage, que está a ser ocupado pelo seu accionista Metropolitano de Lisboa, EP, mas não se encontra formalmente arrendado, não tendo a Empresa obtido qualquer rendimento ou incorrido em qualquer gasto durante o exercício.

De acordo com uma avaliação efectuada por uma entidade especializada com referência a 31 de dezembro de 2012, cuja metodologia adoptada consistiu na análise de transações de propriedades similares naquela data, o justo valor desta propriedade de investimento (valor de mercado) ascende a, aproximadamente, 3,7 milhões de Euros. Por entender que não existe uma variação significativa entre o valor de mercado em 31 de dezembro de 2012 e 2013, não foi solicitada uma actualização daquela avaliação.

8 Ativos intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se ao software adquirido para suporte das atividades do grupo. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	194.447	193.197
Amortizações acumuladas	<u>(186.497)</u>	<u>(178.893)</u>
Valor líquido	<u>7.950</u>	<u>14.304</u>
Adições	23.707	1.250
Transferências e abates	-	-
Depreciação - exercício	(4.201)	(7.604)
Depreciação - alienações - transferencias	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor líquido	<u>19.506</u>	<u>(6.354)</u>
A 31 de dezembro		
Custo de aquisição	218.154	194.447
Amortizações acumuladas	<u>(190.698)</u>	<u>(186.497)</u>
Valor líquido	<u>27.456</u>	<u>7.950</u>

9 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o investimento em associadas é como segue:

	Ensitrans	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
01 de Janeiro de 2013	404.158	276.040
Ganhos / (Perdas)	<u>3.320</u>	<u>128.118</u>
31 de Dezembro de 2013	<u>407.478</u>	<u>404.158</u>

A Ferconsult detém 45% do capital do Ensitrans, qualificando como associada de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota 3.5.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a informação financeira do Ensitrans era como segue:

	<u>31 de Dezembro de 2013</u>				<u>31 de Dezembro de 2012</u>			
	Activo	Passivo	Empréstimos Concedidos	Resultado Líquido	Activo	Passivo	Empréstimos Concedidos	Resultado Líquido
Ensitrans	5.163.665	5.154.288	402.785	9.378	3.845.496	3.560.789	274.667	284.707

10 Clientes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição da rubrica de Clientes é como segue:

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes - grupo (nota 33.1)	813.545	-	813.545	4.539.551	-	4.539.551
Cientes - outros	1.276.314	-	1.276.314	986.208	-	986.208
Cientes de cobrança duvidosa	17.690	-	17.690	17.690	-	17.690
	2.107.550	-	2.107.550	5.543.449	-	5.543.449
Imparidade de dívidas a receber	(50.185)	-	(50.185)	(57.802)	-	(57.802)
Cientes	2.057.365	-	2.057.365	5.485.647	-	5.485.647

Imparidade de clientes

Os movimentos ocorridos na rubrica de imparidade de clientes para os exercícios apresentados são como segue:

	2013	2012
A 1 de janeiro	57.802	403.111
Aumentos	-	9.489
Reduções	(7.617)	(354.798)
A 31 de dezembro	50.185	57.802

A variação ocorrida na rubrica de imparidade no exercício de 2013 deveu-se a situações de cobrança de saldos considerados duvidosos associados ao cliente Estradas de Portugal, EP. A variação ocorrida na rubrica de imparidade no exercício de 2012 deveu-se essencialmente ao acerto de saldos com o cliente Metropolitano de Lisboa, que em anos anteriores foram considerados pela Empresa como cobrança duvidosa.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes, quando existam, vencem juros a taxas de mercado.

11 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos referentes às rubricas do Estado são como segue:

	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/ rendimento - IRC	28.573	8.025	17.880	30.692
Impostos s/ rendimento - IRS	-	65.340	-	62.792
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	607.878	84.519	-
Contribuições p/ segurança social	-	88.744	-	95.720
	28.573	769.987	102.399	189.204

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldos devedores		
Pagamentos especial por conta	28.548	17.878
Retenções na fonte	<u>25</u>	<u>2</u>
	28.573	17.880
Saldos credores		
Estimativa de IRC (Nota 28)	<u>(8.025)</u>	<u>(30.692)</u>
Total	<u>20.549</u>	<u>(12.812)</u>

12 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição da rubrica de Outras contas a receber é como segue:

	<u>2013</u>			<u>2012</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos i)	3.053.089	-	3.053.089	3.440.155	-	3.440.155
Outros devedores	414.866	-	414.866	447.818	-	447.818
Pessoal	<u>801</u>	-	<u>801</u>	<u>375</u>	-	<u>375</u>
	3.468.756	-	3.468.756	3.888.348	-	3.888.348
Imparidade de dívidas a receber	<u>(76.181)</u>	-	<u>(76.181)</u>	<u>(76.181)</u>	-	<u>(76.181)</u>
Outras contas a receber	<u>3.392.575</u>	-	<u>3.392.575</u>	<u>3.812.167</u>	-	<u>3.812.167</u>

i) Montante de rédito reconhecido, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.17, que ainda não foi faturado por parte da Ferconsult. Deste montante, em 31 de dezembro de 2013, cerca de 1.425.331 Euros, valor bruto, refere-se a projetos com partes relacionadas (3.044.642 Euros em 2012) (Nota 33.1)

Imparidade de outras contas a receber

Os movimentos ocorridos na rubrica de imparidade de Outras contas a receber para os exercícios apresentados são como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A 1 de janeiro	<u>76.181</u>	<u>890.720</u>
Reduções	<u>-</u>	<u>(814.539)</u>
A 31 de dezembro	<u>76.181</u>	<u>76.181</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

13 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a Ferconsult tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendas	59.204	63.756
Outros serviços	59.170	10.910
Seguros	2.908	42.563
Gastos a reconhecer	<u>121.282</u>	<u>117.229</u>
Facturação antecipada i)	99.712	80.892
Rendimentos a reconhecer	<u>99.712</u>	<u>80.892</u>

i) Montante faturado antecipadamente face à execução do projeto, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.17.

14 Capital

Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Ferconsult, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações detidas integralmente pela Metropolitano de Lisboa, EP.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	<u>Número de acções</u>	<u>Capital Social</u>
Metropolitano de Lisboa, EP	200.000	1.000.000
Capital Social	<u>200.000</u>	<u>1.000.000</u>

15 Reservas legais, Prestações acessórias, Outras reservas e Resultados transitados

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	<u>Reserva legal</u>	<u>Prestações acessórias</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2012	200.000	-	7.731.809	(2.836.702)	5.095.107
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	(1.482.371)	(1.482.371)
Outras variações					-
31 de dezembro de 2012	200.000	-	7.731.809	(4.319.074)	3.612.735
1 de janeiro de 2013	200.000	-	7.731.809	(4.319.074)	3.612.735
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	(1.203.124)	(1.203.124)
Prestações acessórias	-	960.000	-	-	960.000
31 de dezembro de 2013	200.000	960.000	7.731.809	(5.522.197)	3.369.612

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível e não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

As Outras reservas são compostas por resultados não distribuídos, as quais se encontram disponíveis para distribuição aos acionistas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos accionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de activos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa não mantém incrementos patrimoniais positivos decorrentes de justo valor.

Foi deliberado na Assembleia Geral 31 de Maio de 2013 a aplicação do resultado líquido negativo do exercício de 2012, no montante de 1.203.124 Euros, para a rubrica "Resultados transitados".

Por deliberação do accionista o montante de 960.000 Euros refere-se à conversão de suprimentos com o Metro de Lisboa em Prestações Acessórias, os quais foram realizados por entrada de dinheiro em outubro de 2011.

16 Provisões

A evolução da rubrica de Provisões para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	<u>Processos judiciais</u>	<u>Impostos</u>	<u>Reestruturação</u>	<u>Contratos onerosos</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2012	653.174	217.694	365.910	211.650	27.689	1.476.117
Dotação	160.297	-	-	25.875	-	186.172
Redução	(133.215)	-	(49.334)	(129.187)	-	(311.736)
Utilização	(60.000)	-	(31.436)	-	-	(91.436)
Transferência	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de	620.256	217.694	285.140	108.338	27.689	1.259.117
A 1 de janeiro de 2013	620.256	217.694	285.140	108.338	27.690	1.259.118
Dotação	57.556	-	-	44.145	-	101.701
Reversão	(209.172)	-	(285.140)	(9.445)	-	(503.757)
Utilização	(232.320)	-	-	-	-	(232.320)
A 31 de dezembro de	236.320	217.694	-	143.038	27.690	624.742

A provisão com processos judiciais está relacionada com diversos litígios com ex-trabalhadores da Empresa e com as responsabilidades que a Ferconsult poderá ser obrigada, judicialmente, a liquidar.

O montante de 209.172 Euros de reversões registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 refere-se a processos judiciais com ex-colaboradores, os quais foram concluídos no exercício, favoravelmente à Empresa. Adicionalmente, foram concluídos processos judiciais com ex-colaboradores, aos quais a Empresa procedeu ao pagamento a ex-colaboradores de indemnizações para as quais tinha sido constituída provisão, representando uma utilização da provisão no montante de 232.320 Euros.

A provisão para contratos onerosos decorre da expectativa, existente à data, de perdas com a concretização de alguns contratos estabelecidos pela Empresa. A provisão é constituída no momento em que é identificada a perda esperada para cada um dos contratos e é revertida com a concretização da perda, ou sempre que alterações nas estimativas levem à revisão do resultado global previsto para cada contrato.

17 Financiamentos obtidos

O detalhe dos Financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Accionista i)	-	-	-	-	960.000	960.000
	-	-	-	-	960.000	960.000
Locações financeiras	-	-	-	15.641	-	15.641
Financiamentos obtidos	-	-	-	15.641	960.000	975.641

Por deliberação do accionista o montante de 960.000 Euros foi convertido em Prestações Acessórias.

18 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a composição da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição	2013	2012
Fornecedores - grupo (Nota 33.1)	223.540	4.823.542
Fornecedores - outros	1.070.901	893.557
Fornecedores	1.294.441	5.717.099

19 Adiantamentos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica é como se segue:

Descrição	2013	2012
Adiantamentos por conta de vendas	683.819	1.787
Adiantamentos de clientes	683.819	1.787

Esta rubrica inclui os adiantamentos efetuados por clientes na fase inicial dos projetos, os quais são regularizados ao longo do exercício através da faturação emitida.

A variação deveu-se ao facto de 2013 com a assinatura dos contratos de MOE, Lote 3 e Lote 4, e conforme cláusulas contratuais, procedeu-se à emissão de faturas de adiantamento.

20 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros credores						
Empresas do grupo (Nota 33.1)	324.056	-	324.056	274.430	-	274.430
Credores diversos	212.372	-	212.372	220.043	-	220.043
Credores por acréscimos de gastos						
Férias e subsídio de férias i)	560.743	-	560.743	647.810	-	647.810
Compensação por caducidade de contratos ii)	293.235	-	293.235	318.448	-	318.448
Trabalhos especializados	276.486	-	276.486	333.172	-	333.172
Outros	169.471	-	169.471	319.531	-	319.531
Outras contas a pagar	1.836.363	-	1.836.363	2.113.434	-	2.113.434

i) Estimativa do valor dos encargos com férias de 2013 que será pago em 2014;

ii) Estimativa referente às indenizações a pagar por caducidade de contratos de colaboradores em regime de termo, de acordo com a legislação em vigor.

21 Serviços prestados

O montante dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2013	2012
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Consultoria técnica	891.516	462.170
Prestação de Serviços - Mercado Externo		
Consultoria técnica	5.715.919	4.211.010
Vendas e prestações de serviços	6.607.434	4.673.180

A variação registada no montante das prestações de serviços em 2013 é essencialmente explicada pela aumento do volume de trabalhos para os clientes Metro de S. Paulo e Enterprise Metro D`Alger.

22 Subsídios à exploração

No decurso do exercício de 2013, a Empresa recebeu um subsídio no montante de 14.562 Euros, atribuído pelo Estado, relativo a formação.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Subsídio à exploração	14.562	41.846
Subsídio à exploração	<u>14.562</u>	<u>41.846</u>

23 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendas e alugueres	242.841	296.925
Trabalhos especializados i)	331.848	236.777
Honorários ii)	83.098	190.579
Deslocações e estadas	187.099	145.965
Seguros	71.900	82.723
Conservação e reparação	76.594	76.594
Comunicação	46.855	38.032
Outros	324.731	294.675
Fornecimentos e serviços externos	<u>1.364.966</u>	<u>1.362.270</u>

i) O montante evidenciado diz respeito, essencialmente, a serviços prestados por entidades subcontratadas no âmbito da atividade da Ferconsult.

ii) Refere-se a gastos incorridos com mão-de-obra externa à Ferconsult, especializada em serviços de engenharia e arquitetura.

24 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2013 e 2012, foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 33.2)	58.236	69.428
Pessoal	4.130.144	4.279.858
	<u>4.188.379</u>	<u>4.349.286</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	945.122	969.329
Indemnizações	25.215	235.809
Custos de acção social	54.961	50.076
Outros	31.957	93.759
	<u>1.057.256</u>	<u>1.348.973</u>
Gastos com o pessoal	<u>5.245.635</u>	<u>5.698.259</u>

O número médio de empregados da Ferconsult em 2013 foi de 110 (2012: 115).

25 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos detalha-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recuperação de encargos i)	56.861	120.948
Ganhos na venda activos tangíveis	1.503	21.702
Outros	3.323	630
Outros rendimentos e ganhos	<u>61.686</u>	<u>143.280</u>

i) Compreende, essencialmente, montantes debitados ao Metropolitano de Lisboa pela cedência de equipamentos (nota 33.1).

26 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas detalha-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos	16.093	12.110
Quotizações	6.280	12.747
Outros	42.436	1.690
Outros gastos e perdas	<u>64.809</u>	<u>26.546</u>

A variação na rubrica “outros” deveu-se à retenção de taxas na liquidação de faturas do projeto do Metro de S. Paulo.

27 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos exercícios de 2013 e 2012 é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gastos financeiros		
Juros de financiamentos suportados	16	73.035
	<u>16</u>	<u>73.035</u>
Rendimentos financeiros		
Juros de mora	-	58.562
	<u>-</u>	<u>58.562</u>

28 Imposto sobre o rendimento

A Ferconsult é tributada em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de cerca de 26,5%.

Em resultado das alterações introduzidas pela Lei nº 2/2014 de 16 de Janeiro, que alterou: (i) o artigo 87.º do Código do IRC, fixando a partir de 2014 inclusive, em 23% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, e; (ii) o artigo 87.º-A do Código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento sobre as pessoas colectivas de: 3% para entidades com um lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros; 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros e 7% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 Euros.

Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais (cujo prazo é de seis anos), tenham sido obtidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, sobre estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Ferconsult dos anos de 2010 a 2013, inclusive, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. A Empresa entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência para os exercícios até 2009, e de quatro anos para os exercícios a partir de 2010, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Imposto sobre o rendimento apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Demonstração de Resultados		
Imposto s/o rendimento corrente (Nota 11)	8.025	30.692
Imposto sobre o rendimento	<u>8.025</u>	<u>30.692</u>

Reconciliação da taxa de imposto

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é evidenciada como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado antes de Imposto	129.513	(1.172.432)
Taxa de Imposto	26,5%	26,5%
	-	-
Tributação autónoma	8.025	30.692
	8.025	30.692
Imposto s/ rendimento corrente	8.025	30.692
Imposto s/ rendimento	8.025	30.692
Taxa efectiva de imposto	6,2%	-2,6%

Os prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios de 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010 ascendem a, aproximadamente, 1.241.000 Euros, 1.049.000 e 2.764.000 Euros, respectivamente, sendo a data limite de utilização desses prejuízos fiscais 2016 e 2015 e 2014.

A Empresa não registou nas suas demonstrações financeiras os activos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de activos e passivos numa base contabilística e fiscal, dado que a principal situação geradora de impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013 e exercícios anteriores corresponde a prejuízos fiscais reportáveis, que, segundo a melhor estimativa da Empresa e atendendo às informações disponíveis, não serão recuperáveis.

29 Dividendos

A Ferconsult não procedeu ao pagamento de dividendos durante os exercícios de 2013 e 2012.

30 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa e em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012 referem-se a compromissos com rendas de contratos de locação operacional e são como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até 1 anos	-	15.641
	<u>-</u>	<u>15.641</u>

31 Contingências

A Ferconsult tem os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas conforme segue:

<u>Objecto</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Execução de obras	1.412.398	292.631
Propostas de prestação de serviços	10.712	-
Processos fiscais em curso	272.118	272.118
Fazenda pública	1.632	1.632
Outras garantias	3.990	
	<u>1.700.850</u>	<u>566.381</u>

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2013 a Ferconsult não apresentava qualquer passivo contingente

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2013 a Ferconsult não apresentava qualquer ativo contingente.

32 Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Ferconsult confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

Os honorários totais acordados relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 11.727 Euros, sendo referentes à revisão legal das contas anuais.

33 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Ferconsult é controlada pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.

33.1 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Por via de Acionistas:

- Metropolitano de Lisboa, E.P.

Associada:

- Engenharia e Sistemas de Transportes, Ensitrans, AEIE

(a) Transações

Durantes os exercícios de 2013 e 2012, a Ferconsult efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	Serviços prestados		Fornecimentos e serviços externos		Outros rendimentos e ganhos (Nota 25)		Juros suportados (Nota 27)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<i>Accionista</i>								
Metropolitano de Lisboa, E.P.E	431.857	(76.668)	173.931	179.584	37.897	78.568	-	71.835
<i>Associada</i>								
Ensitrans	3.569.629	3.603.339	-	-	18.783	14.456	-	-
	4.001.485	3.526.671	173.931	179.584	56.680	93.025	-	71.835

O montante de 3.569.629 Euros de serviços prestados ao Ensitrans prende-se essencialmente com projectos na Argélia, ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

(b) Saldos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os saldos com partes relacionadas, líquidos de perdas de imparidade, são como segue:

	Clientes (Nota 10)		Fornecedores (Nota 18)		Devedores por acrécimo de rendimentos (Nota 12)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Accionista						
Metropolitano de Lisboa, E.P.	195.111	3.323.807	(223.540)	(4.823.542)	169.683	2.502.623
Associada						
Ensitrans	618.434	1.215.743	-	-	1.255.648	542.019
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	813.545	4.539.551	(223.540)	(4.823.542)	1.425.331	3.044.642
	Diferimentos - Rendimentos a reconhecer		Accionistas (Nota 17)		Outras contas a pagar (Nota 20)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Accionista						
Metropolitano de Lisboa, E.P.	84.728	79.126	-	960.000	-	-
Associada						
Ensitrans	-	-	-	-	324.056	274.430
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	84.728	79.126	-	960.000	324.056	274.430

33.2. Remunerações da Administração

	2013	2012
Remunerações	55.287	66.971
Outros	2.949	2.457
Total (Nota 24)	58.236	69.428



Certificação Legal das Contas
e
Relatório e Parecer do Fiscal Único

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 9.800.163 Euros e um capital próprio de 4.491.100 Euros, incluindo um resultado líquido de 121.488 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 4 a 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. Conforme mencionado nas Notas 3.5 e 9 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa detém uma participação financeira na Engenharia e Sistemas de Transportes - Ensitrans, AEIE (“Ensitrans”) que se encontra registada pelo método de equivalência patrimonial pelo montante de 407.478 Euros, do qual o montante de 3.320 Euros foi registado como rendimento do exercício de 2013. O relatório de auditoria datado de 2 de Abril de 2014 sobre as demonstrações financeiras da Ensitrans em 31 de Dezembro de 2013 emitido por outros auditores contém uma reserva não quantificada relacionada com a não obtenção de uma resposta de uma entidade bancária ao pedido de confirmação de saldos e outras informações, cujo efeito global não se encontra quantificado e que não foi tomado em consideração pela Empresa na aplicação da equivalência patrimonial. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao efeito destes assuntos nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2013.

5. Decorrente da nossa análise à realização de contas a receber em 31 de Dezembro de 2013, identificamos um cliente que apresenta um saldo em dívida com antiguidade significativa, no montante de, aproximadamente, 800.000 Euros (800.000 Euros em 31 de Dezembro de 2012), para o qual existe, contudo, uma conta a pagar no montante de aproximadamente 131.000 Euros em 31 de Dezembro de 2013. A Empresa iniciou no exercício de 2011 uma acção executiva com vista à obtenção de um acordo para liquidação do saldo em dívida. No entanto, até esta data, não obtivemos informações suficientes que nos permitam concluir quanto ao momento e realização do saldo em dívida, no montante líquido de 669.000 Euros, em 31 de Dezembro de 2013.
6. Conforme referido na Nota 3.17, a Empresa reconhece os seus projectos de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual depende das estimativas de custos com a conclusão dos mesmos, de modo a reconhecer ao longo dos exercícios a margem do projecto com base na sua fase de execução. De acordo com a análise por nós realizada aos projectos da Empresa, identificámos variações significativas nas estimativas do custo e, conseqüentemente, nas margens nos projectos face à sua estimativa inicial, tanto naqueles que foram concluídos em 2012, como nos que transitam para 2013 e 2014, o que pode indiciar alguma fragilidade ao nível da fiabilidade com que aquelas estimativas de custos são efectuadas. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa apurou diversos projectos com margem negativa, tendo, naquela data, registado no balanço uma provisão no montante de 143.038 Euros (108.338 Euros em 31 de Dezembro de 2012) (Nota 16). Conseqüentemente, não nos é possível concluir quanto ao efeito destes assuntos nas demonstrações financeiras da Empresa, nomeadamente quanto ao reconhecimento dos gastos e rendimentos efectivos dos projectos entre os exercícios e quanto à suficiência da provisão registada para projectos com margens negativas em 31 de Dezembro de 2013.
7. Em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa tinha registada uma provisão para reestruturação no montante de 285.140 Euros, relativa a um processo reestruturação iniciado no exercício de 2011. No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa procedeu à reversão da totalidade daquela provisão, por a 31 de Dezembro de 2013 não ser expectável a exigibilidade da mesma de acordo com as normas contabilísticas. No decurso do nosso trabalho, não obtivemos informações que nos permitissem concluir quanto à razoabilidade da mesma ter sido registada por contrapartida do Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, no montante de 285.140 Euros, ao invés de exercícios anteriores.
8. Em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tem registado na rubrica de Outras contas a pagar, acréscimos de gastos para facturas a receber de fornecedores, que apresentam alguma antiguidade e para os quais não foram ainda recepcionadas, até à presente data, as correspondentes facturas, cujo montante ascende, em 31 de Dezembro de 2013, a aproximadamente 101.000 Euros. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir quanto à razoabilidade e exigibilidade daquele montante em 31 de Dezembro de 2013.
9. Em 31 de Dezembro de 2012, de acordo com a conclusão do processo negocial com o accionista Metropolitano de Lisboa, EPE (“Metropolitano”) em 22 de Maio de 2013, a Empresa tinha acordado o valor de 373.616 Euros a facturar pela Empresa ao Metropolitano por serviços prestados até 31 de Dezembro de 2012, o qual não foi registado pela Empresa nas demonstrações financeiras do exercício findo naquela data, sendo registado por contrapartida do Resultado líquido de 2013. Conseqüentemente, em 31 de Dezembro de 2013, o Resultado líquido do exercício e os resultados transitados encontra-se sobreavaliado e subavaliados em 373.616 Euros, respectivamente.

Opinião

10. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 a 8 acima e excepto quanto ao efeito do assunto descrito no parágrafo 9 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

11. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, embora a Empresa tenha apresentado prejuízos acumulados significativos nos últimos exercícios sem considerar os efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 9 acima. Consequentemente, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos, em 31 de Dezembro de 2013, dependem da estratégia e suporte financeiro adequado por parte do seu accionista e do sucesso futuro das suas operações.
12. As demonstrações financeiras da Empresa, em 31 de Dezembro de 2012, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nossa Certificação Legal das Contas, datada de 24 de Maio de 2013, contém: (i) cinco reservas similares às descritas nos parágrafos 4, 5, 6, 7 e 9 acima; e (ii) uma ênfase idêntica ao descrito no parágrafo 11 acima.

Relato sobre outros requisitos legais

13. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Abril de 2014


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Accionista da
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo, os quais foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Adicionalmente com base em técnicas de auditoria, procedemos à verificação do cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei nº 66-B/2012 e a uma análise do relatório de boas práticas do governo societário e do Relatório de Gestão do exercício de 2013 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui seis reservas nos parágrafos 4 a 9, e inclui duas ênfases nos parágrafos 11 e 12.

Face ao exposto, somos da opinião que, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 a 8, excepto quanto ao efeito do assunto descrito no parágrafo 9 e tendo em consideração o descrito no parágrafo 11, todos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas, o relatório de boas práticas do governo societário e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 21 de Abril de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo